COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40
NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2025

Índice

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025	2
ANEXO A - INFORMAÇÕES INDICADAS NA SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	7
ANEXO B – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO.....	54
ANEXO C – PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	61
ANEXO D – INFORMAÇÕES INDICADAS NA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	62
ANEXO E - INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	128

**** ** ***

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40
NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2025

Senhores acionistas,

A Administração da **COGNA EDUCAÇÃO S.A.** ("Cogna" ou "Companhia") apresenta aos senhores acionistas sua Proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**") a se realizar, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2025, às 09:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, a ser tida como realizada na sede da Companhia, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Proposta da Administração**" e "**Resolução CVM 81**" e, respectivamente), conforme os termos do Edital de Convocação.

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81.

(i) Tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Propõe-se a aprovação, por meio do relatório da Administração, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O relatório da Administração sobre os negócios sociais foi elaborado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e as orientações da CVM, e contém as informações a respeito da relação entre a Companhia e a KPMG Auditores Independentes Ltda. ("**Auditores Independentes**"), nos termos da Resolução CVM 81.

Com base em tais documentos e informações, a Administração propõe à Assembleia a aprovação integral das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Propõe-se a aprovação, sem ressalvas, das demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas do relatório da Administração, do parecer dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia ("**Demonstrações Financeiras**").

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia manifestaram-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das Demonstrações Financeiras, conforme pareceres divulgados em conjunto com as Demonstrações Financeiras.

O relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (www.b3.com.br), e foram publicados no jornal "Folha de São Paulo" no dia 19 de março de 2025. Adicionalmente, o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 está disponível no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Nos termos do art. 10, inciso III, da Resolução CVM 81, as informações dispostas no **Anexo A** à presente Proposta da Administração refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da seção 2 do Formulário de Referência da Companhia.

(iii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Tendo em vista que a Companhia apurou lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no valor total de R\$ 879.871.354,21 (oitocentos e setenta e nove milhões, oitocentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos) ("**Lucro Líquido**"), a Administração propõe a destinação do Lucro Líquido da seguinte forma:

1) **R\$ 43.993.567,71** (quarenta e três milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos), correspondente a 5% do Lucro Líquido, sejam destinados à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**");

2) **R\$ 120.822.393,47** (cento e vinte milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), sejam destinados ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Neste sentido, a Administração esclarece que a distribuição proposta considera a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) à título de dividendo mínimo

obrigatório, isto é, R\$ 208.969.446,62 (duzentos e oito milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos), deduzido do montante destinado à constituição da Reserva de Lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades Anônimas, isto é, R\$ 88.147.053,15 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e sete mil, cinquenta e três reais e quinze centavos), resultando no montante de R\$ 120.822.393,47 (cento e vinte milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos);

3) **R\$ 88.147.053,15** (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e sete mil, cinquenta e três reais e quinze centavos) sejam destinados à Reserva de lucros a realizar da Companhia, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades Anônimas; e

4) **R\$ 626.908.339,88** (seiscentos e vinte e seis milhões, novecentos e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), saldo remanescente do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), seja destinado à Reserva para Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 37 do Estatuto Social e do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia apresenta as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, em razão da apuração do Lucro Líquido, nos termos do **Anexo B** à presente Proposta da Administração.

Nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10, inciso V, da Resolução CVM 81, o Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se sobre o conteúdo dos itens (i) a (iii) acima, bem como sobre o relatório da Administração, na forma do parecer constante da presente Proposta da Administração como **Anexo C**. A Administração da Companhia ressalta que o referido parecer encontra-se devidamente disponibilizado à consulta nos websites da Companhia (<https://ri.cogna.com.br/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

(iv) Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025

Para o exercício social de 2025, propõe-se a fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia em até R\$ 54.333.292,20 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte centavos), sendo **(i)** R\$ 12.778.939,78 (doze milhões, setecentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos) para os membros do Conselho de Administração; **(ii)** R\$ 40.969.465,70 (quarenta milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos) para os membros da Diretoria; e **(iii)** 584.886,72 (quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos) para os membros do Conselho Fiscal.

Do valor total da remuneração anual global estimada para os Administradores, é estimado que (i) R\$ 30.507.428,69 (trinta milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos

e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos) compõem a remuneração fixa e variável (exceto remuneração baseada em outorga de ações); e (ii) R\$ 23.825.863,51 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e um centavos) compõem a remuneração a ser reconhecida no resultado da Companhia em decorrência dos Planos de Opção, Ações Restritas e Ações *Performance Shares* em vigor. A Administração entende que o valor proposto é condizente com as práticas de mercado se comparado a companhias de porte semelhante à Cognia.

A Administração esclarece que o valor da remuneração anual global descrito acima, se acrescido de encargos trabalhistas, poderá alcançar o valor estimado de R\$ 66.707.209,04 (sessenta e seis milhões, setecentos e sete mil, duzentos e nove reais e quatro centavos), conforme descrito no item 8.20 do Formulário de Referência da Companhia, constante do **Anexo D** à presente Proposta da Administração.

Em observância ao disposto no art. 13, inciso II, da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no **Anexo D** à presente Proposta da Administração.

(v) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

(vi) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros em 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes

Caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, nos termos propostos pela Administração para a deliberação anterior, a Administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

(vii) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, eleger seus membros efetivos e suplentes

Caso fixada a quantidade de membros para a composição do Conselho Fiscal nos termos propostos pela Administração para a deliberação anterior, a Administração da Companhia propõe a eleição dos seguintes membros efetivos e suplentes, com mandato até a assembleia geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, nos termos do art. 28 do Estatuto Social da Companhia:

Membro Efetivo	Membro Suplente
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	William Cordeiro
Anderson de Souza Marques	Wagner Brilhante de Albuquerque
Ricardo Scalzo	Marcelo Curti

As informações relativas aos candidatos indicados pela Administração da Companhia para composição do Conselho Fiscal, conforme exigido pelo art. 11, inciso I, da Resolução CVM 81, estão contidas no **Anexo E** à presente Proposta da Administração.

Adicionalmente, Administração da Companhia informa que a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal será fixada no valor equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração média mensal atribuída aos diretores da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, nos termos do art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o respectivo valor anual global já foi considerado para fins da remuneração proposta no item (iv) desta Proposta da Administração.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025.

A Administração

ANEXO A - Informações indicadas na Seção 2 do Formulário de Referência

(conforme art. 10, inciso III, da Resolução CVM 81)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção foram extraídos das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha das Demonstrações Financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para o exercício indicado, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando, com isso, arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia possui 3 segmentos operacionais: (i) Kroton (B2C de ensino superior nas modalidades Presencial e a distância, e B2B2C de Educação Continuada, nas modalidades presencial e a distância); (ii) Vasta (B2B de educação básica) e (iii) Saber (B2Gov de educação básica, Programa Nacional do Livro Didático, livros vendidos, cursos livres e preparatórios, e escolas de idiomas).

No Segmento Kroton, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com 1.133.918 alunos (considerando os cursos de graduação e pós-graduação). No final de 2024, a base de alunos total de graduação apresentou um crescimento importante de 10,5% no comparativo com 31 de dezembro de 2023. Já a Captação fechou o 2S24 com redução de 14,1%, se comparado com o 2S23. Os principais desafios foram: (i) menor captação de alunos Prouni, visto que o mínimo necessário para o programa já havia sido superado; (ii) diminuição intencional das ações de recuperação de alunos evadidos, devido ao alto custo e baixo retorno; e (iii) ciclo de captação geral mais desafiador.

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida do segmento Kroton atingiu R\$ 4.056,4 milhões, que resultou em um aumento de 11,4% se comparado ao mesmo período de 2023.

No Segmento Saber, a Companhia conta com 128 unidades da Red Balloon com 34.675 alunos em todo o território nacional, representando um aumento de 19,4% em

relação ao último ano. Para o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) o ano de 2024 corresponde apenas a recompras. Além disso, a Saber atendeu às vendas de soluções do programa Acerta Brasil.

Na Receita Líquida do PNLD, em função do calendário comercial, que no ano de 2024 não contemplou a modalidade de Nova Compra, apenas recompras, foi apresentada uma redução de 19,7% em relação a 2023, parcialmente compensada pelo aumento de 106,2% nas vendas de Soluções Acerta Brasil e de 19,5% na Receita Líquida com Idiomas.

Dessa forma, a receita líquida de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 747,5 milhões, representando um crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior.

No Segmento Vasta, a receita líquida foi de R\$ 1.674,2 milhões em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 12,6% em comparação ao ano anterior. A Receita de Subscrição cresceu 14,4% em 2024, devido à maior conversão do ACV em receita. No B2G atingiu-se R\$105 milhões, crescimento de 29,1% em comparativo com 31 de dezembro de 2023, em virtude do excelente desempenho na prova SAEB, ampliando os serviços oferecidos, reforçando a qualidade e compromisso da Companhia em fornecer soluções educacionais de alta qualidade e que atendam às necessidades únicas do setor público.

Indicadores Financeiros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida da Companhia atingiu o montante de R\$ 6.390,6 milhões das operações continuadas, representando um aumento de R\$ 536,6 milhões, ou 9,2% na comparação anual, refletindo: (i) crescimento de Receita Kroton de 11,4% e (ii) o crescimento de 12,6% da Receita Líquida de Vasta.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.371,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, gerando uma redução de R\$469,1 milhões, ou 34,2%, quando comparado com o último exercício social encerrado.

Os Diretores da Companhia analisam os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstra-se no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Ativo Circulante	4.627,4	4.984,3
Passivo Circulante	2.881,1	3.670,0
Índice de liquidez corrente	1,6x	1,4x
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	10.655,3	12.429,6
Ativo Total	24.200,4	25.135,9
Índice de endividamento	0,4x	0,5x
Lucro (Prejuízo) Líquido	991,6	(511,4)
Ativo Total	24.200,4	25.135,9
Retorno sobre os ativos	4,1%	-2,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	991,6	(511,4)
Patrimônio Líquido	13.545,1	12.706,3
Retorno sobre o patrimônio líquido	7,3%	-4,0%

No comparativo entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Índice de liquidez corrente aumentou de 1,4x para 1,6x, impactado pela redução de debenture a curto prazo, fruto dos pagamentos e repactuação de debêntures e contas a pagar por aquisições. Com relação ao índice de endividamento, houve redução de 0,5x para 0,4x entre os exercícios.

O retorno sobre os ativos aumentou de -2,0% para 4,1%, em função do aumento nos resultados do exercício social, resultando em lucro findo em 2024.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, apurou-se um aumento de -4,0% para 7,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a estrutura de capital da Companhia é adequada para suprir as suas necessidades, dado o aumento na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

A seguir apresenta-se as movimentações ao endividamento financeiro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	728,6	1.536,40
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.484,1	3.535,30
Dívida Bruta	4.212,7	5.071,7
Caixa e equivalentes de caixa	(95,0)	(624,5)
Títulos e valores mobiliários	(1.237,2)	(1.166,8)
Disponibilidades	(1.332,2)	(1.791,3)
Dívida (Caixa) Líquida	2.880,5	3.280,4

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento financeiro líquido da Companhia, calculado pela soma dos empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos de ponta passiva registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de ponta ativa registrados no ativo circulante, resultou em uma dívida líquida de R\$2.880,5 milhões, com uma redução de R\$ 399,9 milhões, ou 12,2% se comparado com o mesmo período do último ano, atrelado ao aumento da geração de caixa operacional.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia, separada em dois elementos fundamentais: (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Conseqüentemente, tem-se uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	10.655,3	12.429,6
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	13.545,1	12.706,3
Capital Total (Terceiros + Próprio)	24.200,4	25.135,7
Capital de Terceiros / Capital Total	44,03%	49,44%
Capital Próprio / Capital Total	55,97%	50,54%

Capital Próprio

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 13.545,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 12.706,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Além disso, a relação do capital próprio frente a estrutura de capital foi de 55,97% em 31 de dezembro de 2024, frente a 50,54% em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 5,4p.p. na comparação entre os anos.

Capital de Terceiros

O capital de terceiros da Companhia é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes), no montante de R\$ 3.999,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e por demais passivos (relacionados as contas a pagar por aquisições, e instrumentos financeiros derivativos), no montante de R\$ 6.655,6 milhões, totalizando R\$ 10.655,3 milhões. Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2024 com 31 de dezembro de 2023, houve uma queda de 14,3%, principalmente em consequência do pagamento das debêntures da Companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram supridas, basicamente, pela sua capacidade de geração de caixa operacional e recursos

de terceiros. Considerando o perfil de endividamento e fluxo de caixa, os Diretores da Companhia acreditam que haverá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, contudo, sem garantia de que tal situação permanecerá inalterada. Caso os Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições, acredita-se ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais) em debêntures no ano de 2024 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar o passivo financeiro.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	728,6	1.536,4
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.484,1	3.535,3
Endividamento Bruto	4.212,7	5.071,7
Endividamento Circulante / Total	17,30%	30,30%
Endividamento Não Circulante / Total	82,70%	69,70%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores acreditam que a Companhia está em uma situação confortável em relação as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) a capacidade de geração de caixa da Companhia; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A fonte para capital de giro da Companhia é, fundamentalmente, proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os Diretores acreditam que aplicou e continua aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de	
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2024	2023
Editora e Distribuidora Educacional S/A	Santander S.A	4ª Emissão Debêntures Série Única – 30/08/2018	220	17 de agosto de 2026	CDI + 2,75% até vencimento	-	173,1
Vasta Platform Limited	UBS Banco do Brasil	1ª Emissão Debêntures Série Única 10/08/2021	500	05 de agosto de 2024	CDI + 2,30% a.a.	-	528,0
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A	1ª Emissão Debêntures Série Única – 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	-	204,3
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A	2ª Emissão Debêntures 3ª Série – 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	-	144,3
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Bradesco	6ª Emissão Debêntures Série Única - 25/11/2021	500	25 de novembro de 2026	CDI + 2,95% a.a.	-	503,6
Cogna Educação S.A	Santander S.A	6ª Emissão Debêntures Série Única - 20/05/2020	500	20 de setembro de 2025	CDI + 2,15% a.a.	-	514,0
Cogna Educação S.A	Itaú BBA S.A e Santander S.A	7ª Emissão Debêntures 1ª e 2ª Séries – 20/08/2021	900	20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	-	740,7
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 1ª Série 02/08/2022	67	13 de julho de 2027	CDI + 1,45% a.a.	69,6	69,6
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 2ª Série 02/08/2022	331	12 de julho de 2029	IPCA + 7,9273% a.a.	370,4	350,6
Cogna Educação S.A	Banco BTG	8ª Emissão Debêntures 3ª Série 02/08/2022	102	13 de julho de 2032	IPCA + 8,0031% a.a.	113,8	107,9

Cogna Educação S.A	Bradesco	9ª Emissão Debêntures Série Única 27/01/2023	500	20/01/2026	CDI + 2,15% a.a.	527,0	529,2
Cogna Educação S.A	Bradesco	10ª Emissão Debêntures 1ª Série 09/08/2023	100	01/08/2025	CDI + 1,90% a.a.	104,9	104,8
Cogna Educação S.A	Bradesco	10ª Emissão Debêntures 2ª Série 09/08/2023	400	01/08/2025	CDI + 1,90% a.a.	419,8	419,2
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 1ª Série 28/12/2023	91	16/11/2028	CDI + 1,55% a.a.	90,4	88,5
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 2ª Série 28/12/2023	358	16/11/2028	12,50% Pré-Fixada	353,1	345,8
Cogna Educação S.A	Bradesco	11ª Emissão Debêntures 3ª Série 28/12/2023	51	18/11/2030	IPCA + 6,9165% a.a.	52,4	49,2
Cogna Educação S.A	FINEP	Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos	85	15 de outubro de 2030	TJLP + 1,254%	82,7	61,6
Cogna Educação S.A	Itaú	COGNA 12ª emissão debentures 1ª série 24/05/2024	607	15/05/2027	CDI + 1,35% a.a.	611,2	-
Cogna Educação S.A	Itaú	COGNA 12ª emissão debentures 2ª série 24/05/2024	493	15/05/2029	CDI + 1,60% a.a.	496,1	-
Cogna Educação S.A	Itaú	COGNA 13ª emissão série única 11/07/2024	200	15/07/2027	CDI + 1,35% a.a.	208,3	-
Cogna Educação S.A	Bradesco	COGNA 14ª emissão série única 19/11/2024	500	19/11/2029	CDI + 1,60% a.a.	500,0	-
TOTAL						3.999,6	4.934,4
<i>Parcela circulante</i>						<i>660,2</i>	<i>1.454,8</i>
<i>Parcela não circulante</i>						<i>3.339,4</i>	<i>3.479,7</i>

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores acreditam que conseguirão saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, busca-se analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) *Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Os Diretores acreditam que o nível de endividamento da Companhia vem se mantendo em um patamar condizente com o fluxo de caixa, considerando que o endividamento é composto, principalmente, por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao ciclo operacional e de investimentos em nos segmentos de atuação da Companhia, Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando se recorre à instituições bancárias, contrata-se linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias oferecidas para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de contratos financeiros da Companhia referentes aos períodos indicados.

A seguir apresenta-se uma breve descrição dos contratos celebrados com os principais credores da Companhia, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2024.

- Em 01 de agosto de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debentures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor total de R\$500.000, sendo a primeira série remunerada pela taxa CDI, e as outras duas séries remuneradas pelo IPCA. A operação foi securitizada através de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI's"). Concomitantemente, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção das flutuações que possam ocorrer nas duas últimas séries, as quais são

remuneradas pelo IPCA, convertendo em juros correspondentes a CDI+ 2,10% e CDI + 2.59% a.a., respectivamente.

- Em 27 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500.000, sendo remunerada pela taxa CDI.
- Em 01 de agosto de 2023, a Companhia realizou a 10ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor total de R\$500.000, sendo remunerada pela taxa CDI + 1,90%. A 1ª série da 10ª emissão possui rotulagem ESG de Social Bond, em linha com os *Social Bonds Principles* da ICMA.
- A Companhia realizou a 11ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor total de R\$500.000. As séries 1, 2 e 3 são remuneradas, respectivamente, pelas taxas de CDI + 1,55%, 12,50% (Pré-Fixada) e IPCA + 6,9165%.
- Em 24 de maio de 2024, a Companhia realizou a 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, no valor total de R\$1.100.000, sendo remuneradas pelas taxas CDI + 1,35% e CDI + 1,60% a.a., respectivamente.
- Em 01 de agosto de 2024, a Companhia finalizou a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, no valor total de R\$ 200.000, sendo remunerada pela taxa de CDI + 1,35% a.a.
- Em 19 de novembro de 2024, a Companhia realizou a 14ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500.000. As debêntures são remuneradas pela taxa de CDI + 1,60%.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, com o objetivo de proteger sua exposição as variações nas taxas de juros atreladas as debêntures contratadas e atualizadas por IPCA, relacionadas as emissões "COGNA 8ª emissão de debêntures", 2ª e 3ª séries, e "COGNA 11ª emissão de debêntures", 3ª série, além das atualizadas pela taxa pré-fixada de 12,50%, relacionada a "COGNA 11ª emissão 2ª série". Esses instrumentos financeiros derivativos estão representados especificamente por contratos de *swap*, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As operações com derivativos possuem as seguintes condições e montantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Consolidad
o

Operação de swap	Objetivo do derivativo	Remuneração ativo	Remuneração passivo	Valor nominal (R\$)	Vencimento	Ponta ativa (R\$)	Ponta passiva (R\$)	Ganho (perda) (R\$)
COGNA 8ª emissão debêntures 2ª série	Proteção da debênture	IPCA + 7,9273%	CDI + 2,1900%	329.993	16/07/2029	377.173	413.678	(36.505)
COGNA 8ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da debênture	IPCA + 8,0031%	CDI + 2,5900%	101.654	15/07/2032	117.822	135.459	(17.637)
COGNA 11ª emissão debentures 2ª série	Proteção da debênture	12,50% Pré-Fixada	CDI + 2,0800%	363.327	16/11/2028	334.290	385.705	(51.415)
COGNA 11ª emissão debentures 3ª série	Proteção da debênture	IPCA + 6,9165%	CDI + 1,5900%	51.508	18/11/2030	51.938	57.772	(5.834)
Total				846.482		881.223	992.614	(111.391)
Ativo não circulante								-
Passivo não circulante								(111.391)
								(111.391)

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, elas são garantidas com garantia real e contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Emissões "Cogna" (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora Cogna requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,50. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2024.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12

meses), deduzido do Imposto de Renda e Contribuição Social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 1,35x, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de 2024		
	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações anuais consolidadas auditadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Considera a vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD), e a vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, que oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e EAD. Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos estão totalmente compartilhados, considerando que mesmo para os cursos presenciais já tem mais de 30% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade à distância, além disso as

unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilha os gestores e times administrativos;

Vasta: Composto pela vertical que atende ao mercado: (i) B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola e; (ii) B2G (*Business to Government*), de ensino fundamental e médio, com amplo portfólio de soluções de conteúdo core, plataforma digital e produtos complementares, juntamente com soluções de aprendizagem customizadas. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo;

Saber: Composto pelos produtos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cursos preparatórios para concursos, tal como o exame da OAB, e serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon"), além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*).

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes das operações da Companhia nos diversos segmentos, tais como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas da Companhia abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e as despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras tem-se, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, tem-se principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do Imposto de Renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O Imposto de Renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a

instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Análise da demonstração de resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2024 operações continuadas	2024 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2024 (%)	2023 operações continuadas	2023 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	Variação 2024 x 2023 (%)
Receita Líquida	6.390,6	6.422,4	100,0	5.814,8	5.895,5	100,0	9,9
Kroton	4.056,4	4.056,4	63,5	3.640,6	3.640,6	61,8	11,4
Saber	747,5	779,3	10,3	727,2	807,9	12,5	2,8
Vasta	1.674,2	1.674,2	26,2	1.486,3	1.486,3	25,6	12,6
Eliminação	(-87,5)	(87,5)	(1,4)	(39,2)	(39,2)	(0,7)	122,8
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.113,1)	(2.113,1)	(33,1)	(2.109,2)	(2.109,2)	(36,3)	0,2
Custo dos Produtos Vendidos	(484,5)	(509,4)	(7,6)	(658,8)	(701,0)	(11,3)	(26,5)
Custo dos Serviços Vendidos	(1.628,6)	(1.603,7)	(25,5)	(1.450,4)	(1.408,2)	(24,9)	12,3
Lucro Bruto	4.277,5	4.309,3	66,9	3.705,6	3.786,3	63,7	15,4
Despesas Operacionais	(2.925,5)	(2.959,1)	(45,8)	(2.973,4)	(3.003,1)	(51,1)	(1,6)
Com Vendas	(768,1)	(768,1)	(12,0)	(703,0)	(703,0)	(12,1)	9,3
Gerais e Administrativas	(1.563,0)	(1.599,4)	(24,5)	(1.766,6)	(1.833,5)	(30,4)	(11,5)
Provisão para perda esperada	(575,6)	(585,9)	(9,0)	(446,4)	(448,1)	(7,7)	28,9
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	36,7	-	-
Outras receitas operacionais	17,1	84,6	0,3	35,5	35,5	0,6	(51,8)
Outras despesas operacionais	(23,7)	(78,5)	(0,4)	(74,2)	(74,2)	(1,3)	(68,1)
Equivalência patrimonial	(12,3)	(11,7)	(0,2)	(18,7)	(16,4)	(0,3)	(34,2)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	1.352,0	1.350,3	21,2	732,2	783,2	12,6	84,6
Resultado Financeiro	(689,1)	(686,5)	(10,8)	(903,7)	(902,9)	(15,5)	(23,7)
Receitas Financeiras	556,6	539,5	8,4	388,4	392,4	6,7	43,3
Despesas Financeiras	(1.245,7)	(1.226,0)	(19,2)	(1.292,1)	(1.295,3)	(22,2)	(3,6)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	662,8	663,8	10,4	(171,6)	(119,7)	(3,0)	(486,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	332,1	327,9	5,2	(295,7)	(391,7)	(5,1)	(212,3)
Do período	202,2	200,6	3,2	12,2	10,0	0,2	1.557,0
Diferidos	129,9	127,3	2,0	(307,9)	(401,7)	(5,3)	(142,2)
Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas	994,9	991,6	15,6	(467,3)	(511,4)	(8,0)	(312,9)

Resultado das Operações Descontinuadas	(3,3)	-	(0,1)	(44,0)	-	(0,8)	(92,5)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	991,6	991,6	15,5	(511,4)	(511,4)	(8,8)	(293,9)

Receita líquida

(1) **Percentual do total da Receita líquida.**

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2024 operações continuadas	2024 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2024 (%)	2023 operações continuadas	2023 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	Varição 2024 x 2023 (%)
Receita Bruta	8.146,6	8.185,4	127,5	7.624,7	7.713,5	131,1	6,8
Kroton	5.645,9	5.645,9	88,3	5.149,1	5.149,1	88,6	9,6
Saber	783,3	822,1	12,3	786,7	875,6	13,5	(0,4)
Vasta	1.804,9	1.804,9	28,2	1.728,1	1.728,1	29,7	4,4
Eliminação	(87,5)	(87,5)	(1,4)	(39,2)	(39,2)	(0,7)	122,9
Deduções da Receita Bruta	(1.756,0)	(1.762,9)	(27,5)	(1.809,9)	(1.818,1)	(31,1)	(3,0)
Kroton	(1.589,5)	(1.589,5)	(24,9)	(1.508,6)	(1.508,6)	(25,9)	5,4
Saber	(35,9)	(42,8)	(0,6)	(59,5)	(67,7)	(1,0)	(39,6)
Vasta	(130,7)	(130,7)	(2,0)	(241,8)	(241,8)	(4,2)	(46,0)
Eliminação	-	-	-	-	-	-	-
Receita Líquida	6.390,6	6.422,4	100,0	5.814,8	5.895,4	100,0	9,9
Kroton	4.056,4	4.056,4	63,5	3.640,6	3.640,5	62,6	11,4
Saber	747,5	779,3	10,3	727,2	807,9	12,5	2,8
Vasta	1.674,2	1.674,2	26,2	1.486,3	1.486,3	25,6	12,6
Eliminação	(87,5)	(87,5)	(1,4)	(39,2)	(39,2)	(0,7)	122,8

Receita Bruta

• Kroton

A receita bruta do segmento Kroton no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 5.645,9 milhões comparado a R\$ 5.149,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 9,6%, acompanhando crescimento de 15,9% na modalidade EAD e 13,0% na Kroton MED, em comparação ao exercício anterior.

• Saber

A receita bruta da Saber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$783,3 milhões, comparado a R\$786,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 0,4%, em função do calendário comercial que em 2024 não contempla a modalidade de Nova Compra.

• Vasta

A receita bruta da Vasta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.804,9 milhões, comparado a R\$1.728, milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 4,4%, que é atribuído à maior conversão de ACV em receita e ao crescimento das vendas para o governo (B2G) durante este período. Em virtude do excelente desempenho na prova SAEB, o contrato com o Estado do Pará foi renovado, ampliando os serviços oferecidos, reforçando a qualidade

e compromisso da Companhia em fornecer soluções educacionais de alta qualidade e que atendam às necessidades únicas do setor público.

- **Receita Líquida**

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$6.390,6 milhões, comparado a R\$5.814,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, aumento de 9,9%, decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 484,5 milhões comparados a R\$ 658,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 26,5%, em função da sazonalidade do PNLD.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 1.628,6 milhões comparados a R\$ 1.450,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 12,3%, acompanhando o aumento de receita.

- **Lucro Bruto**

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.277,5 milhões comparado a R\$ 3.705,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de 15,4% decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para perda esperada (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R\$ 1.343,7 milhões, comparados a R\$ 1.149,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 16,9%, impactado pela alocação de descontos para alunos inativos que até o 3T24 reduzia a Receita Líquida, passaram a ser registrados como PCLD no 4T24.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 1.563,0 milhões comparados a R\$ 1.766,6 milhões no exercício social

findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 11,5% em resultado de reversão de contingências do balanço de abertura.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 obteve despesa de R\$ 6,5 milhões comparado a de R\$ 38,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, obtendo uma redução de 83,1%, em virtude dos ajustes de preços realizados em 2023.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 556,6 milhões, comparados a R\$ 388,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 43,3% devido à reversão de processos tributários relacionados ao ágio de aquisições realizadas pela Companhia no valor de 298,5 milhões.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 1.245,7 milhões, comparados a R\$ 1.292,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 3,6%, devido a repactuação de debentures com taxas menores totalizando 95,3 milhões, menores atualizações de contingências em virtude dos estornos já relacionado acima totalizando 21,6 milhões, compensado pelas perdas de instrumentos derivativos no valor de 85,4 milhões.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de lucro de R\$ 662,8 milhões, comparado a R\$ 111,6 milhões de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A redução do prejuízo entre os períodos está evidenciada pelas informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, obtiveram uma receita de R\$ 202,2 milhões, comparado a uma receita de R\$ 12,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 190 milhões. Esse impacto é principalmente derivado das reversões para contingências tributárias atreladas as dedutibilidades do ágio. Com relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, em 31 de dezembro de

2024 obtivemos um lucro de R\$ 129,9 milhões comparado ao prejuízo de R\$ 307,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Lucro do exercício

O lucro consolidado do exercício foi de R\$ 991,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, comparado a um prejuízo de R\$511,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As variações decorrem das explicações supracitadas.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(em R\$ milhões)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação 2024 x 2023 (%)
	2024	2023	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	663,8	(119,7)	654,6
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	457,5	455,7	0,4
Depreciação IFRS-16	231,0	223,8	3,2
Amortização de intangíveis gerados em combinação de negócios	237,8	237,5	0,1
Provisão para perda esperada	575,6	456,7	26,0
Ajuste a valor presente do contas a receber	6,7	0,8	(893,1)
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	-	-	
Reversão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(300,4)	(128,6)	133,6
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(3,3)	(4,4)	(26,7)
Encargos financeiros	689,3	1.063,7	(35,2)
Ajuste de preço em contas a pagar por aquisição	15,7	59,4	(73,5)
Outorga de opções de ações	27,7	31,5	(12,2)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	3,7	(5,7)	(163,6)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	8,3	(36,7)	(122,6)
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(136,1)	(152,5)	(10,8)
Equivalência patrimonial	12,3	16,4	(25,0)
Resultado de operações com derivativos	112,0	5,2	2.052,7
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) em contas a receber	(690,9)	(536,5)	28,8
(Aumento) em estoques	47,1	(67,7)	(169,7)
Redução (aumento) em adiantamentos	(0,3)	(12,9)	(97,5)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	189,5	50,3	276,8
(Aumento) redução em depósitos judiciais	4,6	0,9	431,1
(Aumento) redução em outros créditos	(56,1)	13,7	(510,4)
Aumento (redução) em fornecedores	2,2	25,8	(91,6)
Aumento em fornecedores risco sacado	(136,0)	275,8	(149,3)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(12,6)	18,5	(167,9)
Aumento (redução) em tributos a pagar	(56,5)	(23,0)	146,2
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	20,3	(34,1)	(159,5)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(90,4)	(96,2)	(6,0)
(Redução) nas demais contas a pagar	6,0	(31,2)	(119,1)
Caixa gerado pelas operações	1.834,5	1.686,7	8,8
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25,2)	(19,9)	26,5
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(292,7)	(293,6)	(0,3)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(647,8)	(674,5)	(4,0)
Juros pagos em operações com derivativos	(1,4)	(18,8)	(92,6)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	867,4	679,8	27,6
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimento em títulos e valores mobiliários	53,6	998,8	(94,6)
Adições ao imobilizado	(105,3)	(121,2)	(13,1)

Adições ao intangível	(304,8)	(335,4)	(9,1)
Caixa adquirido em combinação de negócio	-	0,9	(100,0)
Caixa cedido em operação descontinuada	-	(2,9)	(100,0)
Aquisição de controladas	-	(7,4)	(100,0)
Recebimento pela venda de controladas	93,2	12,8	629,6
Recebimento de valores na venda de imóveis	24,5	8,4	191,5
Adiantamento e empréstimo a terceiros	-	(49,3)	(100,0)
Recebimento de dividendos	-	1,2	(100,0)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(238,9)	505,9	(147,2)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recuperação de ações em tesouraria	(53,6)	(55,4)	(3,2)
Ganho ou perda na alienação de ações em tesouraria	-	(0,5)	(100,0)
Recuperação de debêntures	-	(1.006,1)	(100,0)
Emissão Debêntures	1.800,0	1.500,0	20,0
Captação de empréstimos	23,8	60,9	(61,0)
Custos de emissão das debêntures	(15,4)	(25,4)	(39,5)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(173,2)	(165,4)	4,7
Pagamento de empréstimos, debentures e derivativos	(2.680,2)	(795,2)	237,0
Parcelas pagas em aquisição de empresas	(59,4)	(195,9)	(69,7)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(1.158,1)	(683,0)	69,6
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(529,5)	502,7	201,5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	624,5	121,8	412,8
Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	95,0	624,5	(84,8)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(529,5)	502,7	205,3

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

A geração de caixa líquido nas atividades operacionais foi de R\$ 867,4 milhões positivos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 679,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$187,6 milhões, ou 27,6%, representou um caixa líquido operacional superior em função de melhor performance operacional.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou redução de R\$ 725,6 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 505,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para um caixa aplicado de R\$ 219,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, substancialmente em decorrência do resgate das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, para quitação das debentures no exercício anterior.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$475,1 milhões na comparação entre os anos, principalmente pelo pagamento de empréstimos, debentures e derivativos que ocorreram em 2024, e que suavizaram os efeitos de pagamento das dívidas ocorrida no exercício.

(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a redução em caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 529,5 milhões, frente a um aumento de caixa e equivalente a R\$ 502,7

milhões em 31 de dezembro de 2023. A variação entre os períodos é explicada pelas informações supracitadas.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 2.2 foram extraídos das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresenta-se as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Composta pela vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior, que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD), e a vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, que oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e EAD. Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos estão totalmente compartilhados, considerando que mesmo para os cursos presenciais já tem mais de 30% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade à distância, além disso as unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilha os gestores e times administrativos;

Vasta: Composto pela vertical que atende ao mercado: (i) B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola e; (ii) B2G (*Business to Government*), de ensino fundamental e médio, com amplo portfólio de soluções de conteúdo core, plataforma digital e produtos complementares, juntamente com soluções de aprendizagem customizadas. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo;

Saber: Composto pelos produtos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), cursos preparatórios para concursos, a exemplo o exame da OAB, e serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon"), além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*).

A tabela a seguir demonstra a composição da receita bruta da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2024 operações continuadas	2024 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2024 (%)	2023 operações continuadas	2023 operações descontinuadas	AV ⁽¹⁾ 2023 (%)	Varição 2024 x 2023 (%)
Receita Bruta	8.146,6	8.185,4	127,5	7.624,7	7.713,5	131,1	6,8
Kroton	5.645,9	5.645,9	88,3	5.149,1	5.149,1	88,6	9,6
Saber	783,3	822,1	12,3	786,7	875,6	13,5	(0,4)
Vasta	1.804,9	1.804,9	28,2	1.728,1	1.728,1	29,7	4,4
Eliminação	(87,5)	(87,5)	(1,4)	(39,2)	(39,2)	(0,7)	122,9
Deduções da Receita Bruta	(1.756,0)	(1.762,9)	(27,5)	(1.809,9)	(1.818,1)	(31,1)	(3,0)
Kroton	(1.589,5)	(1.589,5)	(24,9)	(1.508,6)	(1.508,6)	(25,9)	5,4
Saber	(35,9)	(42,8)	(0,6)	(59,5)	(67,7)	(1,0)	(39,6)
Vasta	(130,7)	(130,7)	(2,0)	(241,8)	(241,8)	(4,2)	(46,0)
Eliminação	-	-	-	-	-	-	-
Receita Líquida	6.390,6	6.422,4	100,0	5.814,8	5.895,4	100,0	9,9
Kroton	4.056,4	4.056,4	63,5	3.640,6	3.640,5	62,6	11,4
Saber	747,5	779,3	10,3	727,2	807,9	12,5	2,8
Vasta	1.674,2	1.674,2	26,2	1.486,3	1.486,3	25,6	12,6
Eliminação	(87,5)	(87,5)	(1,4)	(39,2)	(39,2)	(0,7)	122,8

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados das operações foram impactados por alguns fatores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Descrevemos a seguir o principal impacto identificado para o exercício:

Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade

A Companhia avalia, no mínimo, anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. O teste de *impairment* compara o fluxo de caixa descontado para um cenário de 8 anos, mais perpetuidade versus o valor do ativo, pois a Companhia entende que esse é o tempo de maturação de uma nova unidade geradora de caixa.

A seguir apresenta-se a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Kroton (Kroton Med e Kroton Ex-Med)	8.540.658	8.615.736
Vasta (Conteúdo e Plataforma EdTech)	4.983.390	5.139.917
Saber (PNLD e Idiomas)	350.326	356.520
	13.874.374	14.112.173

O teste considerou a data base do relatório em 31 de dezembro de 2024 em suas projeções, assim, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foi verificada necessidade de reconhecimento de perda nas unidades geradoras de caixa. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

KROTON		VASTA	SABER	
Kroton Med	Kroton Ex-Med	Conteúdo e Plataforma EdTech	Idiomas	PNLD
<p>1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,63% (anteriormente apresentado 5,15%) e taxa de desconto aplicada (WACC⁽ⁱ⁾) de 14,39% (anteriormente apresentado 13,61%).</p> <p>2. Crescimento no ticket médio de calouros alinhado com a expectativa de inflação em todos os anos da projeção. Para os veteranos a projeção apresenta um crescimento de 4,4% acima da inflação (anteriormente 3%).</p> <p>3. Receita Líquida cresce a um CAGR⁽ⁱⁱ⁾ de 2025 a 2032 de 5% (anteriormente 7%), principalmente pelo aumento na quantidade dos alunos, considerando as captações e evasões. Já para o EBITDA ajustado há um crescimento com CAGR de 2025 a 2032 de 7% (anteriormente 9%).</p>	<p>1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,63% (anteriormente apresentado 5,15%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 14,39% (anteriormente apresentado 13,61%).</p> <p>2. Crescimento no ticket médio de calouros alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2026. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento de 6,3% acima da inflação em 2025 (anteriormente 2%) e 4,4% a partir de 2026 (anteriormente 2%).</p> <p>3. Crescimento na captação com CAGR de 8% entre 2025 e 2032 (anteriormente 8%), e no EBITDA ajustado com CAGR de 2025 a 2032 de 18% (anteriormente 12%).</p>	<p>1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,63% (anteriormente apresentado 5,15%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,63% (anteriormente apresentado 13,19%).</p> <p>2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2025 a 2032 de 14% (anteriormente 16%), com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares, B2G e Start.</p> <p>3. EBITDA ajustado com CAGR de 2025 a 2032 de 21% (anteriormente 23%), e aumento de margem EBITDA.</p>	<p>1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,63% (anteriormente apresentado 5,15%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,65% (anteriormente apresentado 13,15%).</p> <p>2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2025 a 2032 de 17% (anteriormente 20%), pautado pelo aumento dos alunos em <i>English Solution</i> (B2B), Escolas de Rua (B2C), Wings (B2G) e Escolas Bilíngues.</p> <p>3. EBITDA ajustado com CAGR de 2025 a 2032 de 29% (anteriormente 29%), com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.</p>	<p>1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,63% (anteriormente apresentado 5,15%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 13,65% (anteriormente apresentado 13,15%).</p> <p>2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2025 a 2032 de 3% (anteriormente 12%) seguindo a sazonalidade do produto.</p> <p>3. EBITDA ajustado com CAGR de 2024 a 2031 de 10% (anteriormente 10%), com mudança de mix de produtos, e o ciclo do PNLD.</p>

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores entendem que o principal fator de impacto nas receitas é decorrente da inflação. Historicamente, os preços das mensalidades e demais taxas foram reajustados em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99).

Foi mitigado também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não seja possível mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, haverá uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo dos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

(c) impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia quando relevante

Os Diretores informam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

Apresenta-se abaixo as principais premissas identificadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	3,5	2,9
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	6,5	-3,2
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	4,8	4,6
CDI (em %) ⁽⁴⁾	10,9	13,0
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	7,0	7,0
Taxa SELIC (em %)	12,2	13,1
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	-27,3	7,2
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	5,7	4,8

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023., e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

- ***Inflação e Preço de Insumos***

Como mencionado no item (i) dessa seção, entende-se que o principal fator de impacto aos resultados da Companhia é a inflação, já que influencia diretamente em nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem a oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA.

Da mesma forma, os preços dos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, houve o impacto da variação de preços dos insumos, que são necessários para a produção de livros didáticos, que foi compensado com o reajuste realizado no valor cobrado das escolas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos custos e despesas da Companhia são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo à convenção coletiva da categoria profissional em cada região de atuação, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem os contratos de aluguéis da Companhia. Os insumos não sofreram alterações significativas para o exercício de 2024 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os Diretores entendem que a Companhia está exposta a possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram um efeito imaterial no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo dos alunos, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as receitas da Companhia.

A maior parcela de dívida da Companhia está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Este indexador apresentou redução em 2024, além disso, houve uma melhora nas negociações de taxas no spread bancário.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não afetam diretamente a Companhia, pois esta não possui títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos seus custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que a maior parte dos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente os resultados da Companhia, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta os indicadores de evasão, adimplência, captação e

retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2024, o nível de desemprego obteve uma queda, encerrando o período em 6,6%, impactando 6,8 milhões de brasileiros.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que não houve mudanças nas práticas contábeis que afetem significativamente as informações presentes nos itens 2.1 e 2.2 desse Formulário de Referência. Adicionalmente, existem novas normas, alterações e interpretações emitidas, as quais destacamos a seguir:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

a) Revisão do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia avaliou os impactos da revisão no pronunciamento, emitidas pelo IASB, com o correspondente pronunciamento técnico CPC 09 (R1) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 2023, e os implementou conforme requerimento. De acordo com as avaliações realizadas, não houve impactos materiais na aplicação inicial.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. Conforme divulgado nas notas explicativas 2.16 e 19, o Grupo tem um empréstimo bancário e debentures com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

c) Passivos de arrendamentos em uma venda (alterações ao CPC 06/IFRS 16)

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- d) Acordos de financiamento de fornecedores / "Risco Sacado" (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7).

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez.

Novas normas ainda não efetivas

As seguintes normas entrarão em vigor em exercício posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

- a) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Os Diretores estão em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação adicional. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- b) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações, emitidas em maio de 2024, visam promover uma maior consistência contábil atrelada a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

- c) IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 de apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o

subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Os Diretores ainda estão avaliando os impactos sobre como as informações são agrupadas nas Demonstrações Financeiras no novo padrão.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que não houve ênfase apresentada no parecer do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia. Os valores constantes nesta seção 2.4 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício de 2024, não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação por parte da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de mensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

- (i) Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- (ii) É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- (iii) É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e nos trimestres intermediários do ano

de 2024 anteriores ao fechamento da transação envolvendo a venda da operação do mercado livreiro de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), e em cumprimento ao disposto no CPC 31, a Companhia procedeu com reclassificação de seus ativos e passivos atrelados ao negócio SETS, para a linha de "ativos mantidos para venda" e "passivos mantidos para venda".

Ainda, conforme orienta o supracitado CPC 31, os impactos ao resultado do exercício atrelados a operação de "SETS", também foram reclassificados para linha específica no demonstrativo de resultado do período, denominada "resultado das operações descontinuadas".

Os saldos apresentados na demonstração do valor adicionado abrangem as operações continuadas e descontinuadas, enquanto as notas de resultado apresentam apenas as operações continuadas. Os saldos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram ajustados e segregados em ativos e passivos mantidos para a venda.

2.5 - Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis

EBITDA – Earnings Before interest, taxes, depreciation and amortization, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro líquido, do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro e das depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil calculado por meio da exclusão das receitas, custos ou despesas que a Companhia julga não serem potenciais geradores de caixa, sendo tais impactos não usuais ao resultado. Estes valores são compostos substancialmente pelos resultados advindos das empresas adquiridas, dos projetos de integração e planos de trabalho, e dos custos para desmobilização de unidades. Adicionalmente, a Companhia realiza a adição dos juros sobre mensalidades pagas em atraso, ao cálculo do EBITDA, visto que tal operação tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro. A margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são: (i) medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida.

Apresenta-se abaixo o valor do EBITDA e do EBITDA Ajustado, bem como da margem EBITDA e da margem EBITDA Ajustado:

(Em milhões de reais, exceto %)	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA	2.257,9	1.688,2
EBITDA ajustado	2.174,4	1.736,1
Margem EBITDA	35,3%	28,6%
Margem EBITDA ajustado	34,0%	30,4%

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida (Caixa) Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e visa demonstrar o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante). Na gestão dos negócios da Companhia a dívida líquida (ativos financeiros líquidos) é uma medida utilizada para avaliar a posição financeira da Companhia.

Apresenta-se abaixo o valor da Dívida (Caixa) Líquida:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Dívida (Caixa) Líquida	2.880,5	3.280,4

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Apresenta-se abaixo o nosso EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	991,6	(511,4)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(327,9)	391,7
(+) Resultado financeiro	686,5	902,9
(+) Depreciação e amortização de Intangíveis	907,6	905
EBITDA	2.257,9	1.688,2
Amortização Mais Valia Educubank	1,2	1,2
Juros sobre mensalidades ⁽ⁱ⁾	53,7	102,4
Outros ajustes	(138,3)	(55,7)
Rescisões ⁽ⁱⁱ⁾	59,4	54,2
Custos de M&A e Expansão ^(iv)	39,1	118,6
Campus do Futuro	0,6	6,0
Outros projetos ^(v)	0,5	(45,7)

Honorários Êxito - Reversão BA	23,0	0,0
Provisões/Reversões de Contingências	(260,9)	(188,8)
EBITDA Ajustado	2.174,4	1.736,1

⁽ⁱ⁾ Para fins gerenciais a Companhia adiciona, ao EBITDA Ajustado, os juros sobre mensalidades dos alunos, visto que tais cobranças tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro.

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde aos efeitos de rescisões resultantes das aquisições de novas empresas, e da redução de carga horária dos professores, fruto das iniciativas para aumento de eficiência.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Corresponde a readequação do ensino superior da Companhia com o crescimento da Kroton Digital e turnaround da Kroton Campus.

^(iv) Corresponde aos custos decorrentes das aquisições e/ou integrações de empresas, além dos envolvidos em projetos de expansão.

^(v) Corresponde ao reconhecimento de reversão de *impairment* das mais valias, em decorrência da operação de venda da UGC Sets, e atualização do valor justo líquido de vendas, além de baixas de ativo imobilizado e arrendamento mercantil de imóveis devolvidos.

Apresenta-se a seguir a margem EBITDA e margem EBITDA ajustado que são resultantes, respectivamente, da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida.

(Em milhões de reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	6.390,6	5.814,8
Margem EBITDA	35,3%	29,0%
Margem EBITDA ajustado	34,0%	29,8%

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida (Caixa) Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – circulante	728,6	1.536,40
Empréstimos, debêntures, contas a pagar por aquisições e instrumentos financeiros derivativos – não circulante	3.484,1	3.535,30
Dívida Bruta	4.212,7	5.071,7
Caixa e equivalentes de caixa	(95,0)	(624,5)
Títulos e valores mobiliários	(1.237,2)	(1.166,8)
Disponibilidades	(1.332,2)	(1.791,3)
Dívida (Caixa) Líquida	2.880,5	3.280,4

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acredita-se que o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como ferramentas significativas para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas utilizadas pelo mercado para efeito comparativo com outras instituições do setor educacional, apesar de outras empresas poderem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós.

No entanto, uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade.

Sem prejuízo do acima exposto, acredita-se que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro da Companhia, como também sobre a sua capacidade de cumprir com as obrigações passivas, obtenção de recursos para as despesas de capital e para capital de giro.

Conforme a Resolução CVM 156, a Companhia pode divulgar o EBITDA ajustado, excluindo itens que contribuam potencial de geração bruta de caixa. Neste sentido, a Companhia entende apropriada a apresentação deste indicador por permitir melhor compreensão dos números financeiros, visto que o EBITDA Ajustado desconsidera os eventos que a Companhia entende não serem potenciais geradores de caixa.

Com relação as margens EBITDA e EBITDA Ajustado, acredita-se que sua apresentação possibilita demonstrar a efetiva geração de resultados da Companhia, considerando como base a receita líquida gerada pelos negócios. Tal indicador permite uma visão clara da lucratividade operacional da Companhia, desconsiderando os custos e despesas necessários a operação, possibilitando maior demonstração da eficiência de gestão do nosso negócio, e sendo de grande importância na tomada de decisão pela Administração.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação da sua posição financeira e do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Acredita-se que essa medida funciona como uma ferramenta importante para acompanhar e comparar periodicamente a sua posição financeira, bem como, para fundamentar determinadas decisões gerenciais.

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Apresenta-se abaixo os eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 12 de março de 2025.

Encerramento do programa de recompra de ações

A Companhia, seguindo o plano de recompra de ações que foi aprovado pela Administração em 14 de junho de 2024, realizou a recompra total de 44.216.191 ações ordinárias, normativas, escriturais e sem valor nominal, a serem mantidas em tesouraria, considerando um valor médio de R\$ 1,12, e que totalizavam o montante de R\$ 49.488 mil. Com essa movimentação, a Companhia informa que concluiu seu plano de recompra de ações que possuía vencimento de 12 meses a contar de sua aprovação. O prazo máximo para a realização da negociação de ações da própria emissão da Companhia seria de 12 meses, iniciando em 17 de junho de 2024 e encerrando em 17 de junho de 2025, no entanto, o programa foi encerrado em 15 de janeiro de 2025.

Novo programa de recompra de ações

Em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo programa de recompra de ações a serem mantidas em tesouraria, tendo como objetivo: (i) gerar valor para os acionistas através da administração eficiente da estrutura de capital da Companhia; (ii) maximizar o retorno dos acionistas, tendo em vista que, na visão da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade de geração de resultados futuros; (iii) manutenção das ações em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social da Companhia; e (iv) alienação pública ou privada das ações.

A Companhia poderá adquirir até 144.221.637 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão mantidas tesouraria, posteriormente podendo ser canceladas ou alienadas. O prazo máximo para realização das aquisições será de 12 meses, com início em 20 de janeiro de 2025 e término em 20 de janeiro de 2026.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2024	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais devem ser deduzidos dos resultados do exercício social. Após tais deduções e antes de qualquer outra destinação, 5% do lucro líquido remanescente deverá ser destinado à constituição de reserva legal, limitados a 20% do capital social. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, que não excederá o valor do capital social, em importância não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido de cada exercício social.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais devem ser deduzidos dos resultados do exercício social. Após tais deduções e antes de qualquer outra destinação, 5% do lucro líquido remanescente deverá ser destinado à constituição de reserva legal, limitados a 20% do capital social. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, que não excederá o valor do capital social, em importância não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido de cada exercício social.
a.i Valores das Retenções de Lucros	Constituição de reserva legal no montante de R\$ 43.994 mil, Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 88.147 mil e reserva para investimentos no montante de R\$ 626.908 mil. Além disso, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 120.822 mil.	Não houve retenções de lucros em virtude do prejuízo no exercício.
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, o percentual destinado a reserva legal, no exercício, é de 5%, de 11% à Reserva de Lucros à Realizar e de à 70% à reserva para investimentos. Ainda, 14% à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não auferiu lucro no exercício social de 31 de dezembro de 2023.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório, exige aprovação por maioria de votos de acionistas titulares das ações com direito a voto em circulação. No entanto, nos termos do artigo 202,	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório, exige aprovação por maioria de votos de acionistas titulares das ações com direito a voto em circulação. No entanto, nos termos do artigo 202, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de

	2024	2023
	<p>§4º, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendo não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a exposição justificativa de tal informação. Dentro do contexto do planejamento tributário, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés do pagamento de alguns ou todos os seus dividendos anuais.</p> <p>Nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, se o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do artigo 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.</p> <p>Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento, ressalvando-se que, nos termos do artigo 30, §4º da Lei das Sociedades por Ações, as ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não farão jus a dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual os valores dos</p>	<p>dividendo não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a exposição justificativa de tal informação. Dentro do contexto do planejamento tributário, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés do pagamento de alguns ou todos os seus dividendos anuais.</p> <p>Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento, ressalvando-se que, nos termos do artigo 30, §4º da Lei das Sociedades por Ações, as ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não farão jus a dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual os valores dos dividendos ou juros sobre o capital próprio não reclamados serão revertidos em favor da Companhia.</p> <p>Ressalta-se ainda que o Estatuto Social da Companhia dispõe da prerrogativa da distribuição de dividendos intermediários, cujas características serão ilustradas no item 2.7 (c) abaixo, deste Formulário de Referência.</p>

	2024	2023
	<p>dividendos ou juros sobre o capital próprio não reclamados serão revertidos em favor da Companhia.</p> <p>Ressalta-se ainda que o Estatuto Social da Companhia dispõe da prerrogativa da distribuição de dividendos intermediários, cujas características serão ilustradas no item 2.7 (c) abaixo, deste Formulário de Referência.</p>	
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição dos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital.</p>	<p>A distribuição dos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do nosso Conselho de Administração, a Companhia poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital.</p>
(d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. O Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimento. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A legislação pertinente prevê ainda que parcela do lucro, mediante proposta realizada pelos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de contingências ou poderá ser retida</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. O Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimento. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A legislação pertinente prevê ainda que parcela do lucro, mediante proposta realizada pelos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de contingências ou poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado. A Lei das Sociedades por Ações permite, também, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a assembleia geral aprove a recomendação</p>

	2024	2023
	<p>com base em orçamento de capital previamente aprovado. A Lei das Sociedades por Ações permite, também, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a assembleia geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria incompatível com a sua condição financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a justificativa da suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.</p>	<p>dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria incompatível com a sua condição financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a justificativa da suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.</p>
<p>(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A política de destinação de resultados da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022, e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br).</p>	

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Os Diretores informam que a Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. Todas as suas participações e relacionamentos com subsidiárias estão divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iii. contratos de construção não terminada

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamento.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que a Companhia não possui quaisquer outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que a Companhia está investindo atualmente no Programa de Transformação Cogna (PTC), um conjunto soluções digitais com foco na vida acadêmica e financeira do aluno, e o desenvolvimento de novos produtos voltados para a ambidestria (inovação), renovação periódica dos conteúdos do ensino superior EAD e expansão e adaptação de salas, laboratórios e bibliotecas pela maturação dos campus.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Nos últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia tem sido: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) captação de debêntures; e (iii) reserva de investimentos.

Acredita-se que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

iv. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influência relevante.

ANEXO B – Proposta de Destinação de Lucro Líquido

(conforme art. 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 no valor de **R\$ 879.871.354,21** (oitocentos e setenta e nove milhões oitocentos e setenta e um mil trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos) ("**Lucro Líquido**").

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante global dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 proposto pela Administração da Companhia é de R\$ 120.822.393,47 (cento e vinte milhões oitocentos e vinte e dois mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos) ("**Dividendos Mínimos Obrigatórios**"), correspondente a R\$ 0,06550977890 ¹ por ação ordinária de emissão da Companhia, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e artigo 31 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**").

Descrição	Valor Bruto por Ação Ordinária (*)	Valor Bruto Total
Dividendos Mínimos Obrigatórios	R\$ 0,06550977890	R\$ 120.822.393,47
Total de Dividendos	R\$ 0,06550977890	R\$ 120.822.393,47

(*) Valor estimado, o qual pode ser modificado por eventual emissão de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

Não houve declaração de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O montante global dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 proposto pela Administração da Companhia é de R\$ 120.822.393,47 (cento e vinte milhões oitocentos e vinte e dois mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), deduzido do montante destinado à constituição da Reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades Anônimas.

¹ Valor estimado, o qual pode ser modificado por eventual emissão de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável, tendo em vista que não é proposta a distribuição de quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Dividendos	Valor Bruto Total	Quantidade de Ações Ordinárias - (exceto ações mantidas em tesouraria) (*)	Valor Bruto Por Ação Ordinária (*)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	R\$ 120.822.393,47	1.844.341.341	R\$ 0,06550977890
Total de Dividendos	R\$ 120.822.393,47	1.844.341.341	R\$ 0,06550977890

(*) Valor estimado, o qual pode ser modificado por eventual emissão de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

(b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

A administração propõe que os dividendos sejam pagos em parcela única até 30 de maio de 2025, conforme decisão do Conselho de Administração.

(c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

(d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Nos termos do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, farão jus ao recebimento dos dividendos a serem declarados no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, os acionistas titulares de ações da Companhia na data de sua declaração, ou seja, em 28 de abril de 2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: (a) informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e (b) informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, uma vez que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (em milhares)	R\$ 879.871	R\$(492.879)	R\$(528.930)	R\$(512.985)
Quantidade de ações ordinárias (exceto ações mantidas em tesouraria)	1.844.341.341	1.871.956.123	1.874.692.369	1.873.745.608
Lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária	R\$ 0,48	R\$(0,26)	R\$(0,28)	R\$(0,27)

(b) dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2024	2023	2022	2021
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos (em milhares)	R\$ 879.871.354,21	R\$0	R\$0	R\$0
Quantidade de ações ordinárias (exceto ações mantidas em tesouraria)	1.844.341.341	1.871.956.123	1.874.692.369	1.873.745.608
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos por ação	R\$0,06550977890 (*)	R\$0	R\$0	R\$0

(*)Valor estimado, o qual pode ser modificado por eventual emissão de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

(a) identificar o montante destinado a reserva legal:

A Administração da Companhia propõe a destinação de R\$ 43.993.567,71 (quarenta e três milhões novecentos e noventa e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos) para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% do Lucro Líquido, nos termos do artigo 193 Lei das Sociedades por Ações.

(b) detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Cálculo da reserva legal:

(1) Lucro Líquido: R\$ 879.871.354,21

(2) Percentual: 5%

(3) Reserva legal (1) x (2) = R\$ 43.993.567,71

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é dividido, exclusivamente, em ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

(a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

(b) informar se ele está sendo pago integralmente:

A recomendação da Administração quanto à distribuição de dividendos a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

(c) informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, tendo em vista que não há retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) identificar o montante destinado a reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que a Administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

(a) informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar;

O montante proposto pela Administração da Companhia a ser destinado para a constituição da reserva de lucros a realizar referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 88.147.053,15 (oitenta e oito milhões, cento e quarenta e sete mil, cinquenta e três reais e quinze centavos).

(b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício corrente, reduzindo o valor da distribuição do dividendo obrigatório, tendo como objetivo não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia atrelado à equivalência patrimonial da controlada direta. A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Após as destinações do artigo 36 do Estatuto Social, o saldo remanescente poderá ser destinado, em percentual a ser proposto pela Administração e fixado pela Assembleia Geral e observados os termos do Estatuto Social, à reserva para investimentos, conforme fixado no artigo 37 do Estatuto Social. Os lucros não destinados na forma da lei e do Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva estatutária está prevista no artigo 37 do Estatuto Social, a saber:

"Artigo 37. Poderá ser atribuído à reserva para investimentos importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei das S.A., com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimentos. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social.

Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da reserva estatutária definida no parágrafo anterior, suficiente para o atendimento de suas finalidades: (i) propor à Assembleia Geral que seja destinado à formação da aludida reserva estatutária, em determinado exercício social, percentual do lucro líquido inferior ao estabelecido no acima; e/ou (ii) propor que parte dos valores integrantes da aludida reserva estatutária sejam revertidos para a distribuição aos acionistas da Companhia."

(c) Identificar o montante destinado a reserva

O montante global proposto pela Administração da Companhia a ser destinado para a constituição da reserva para investimentos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 626.908.339,88 (seiscentos e vinte e seis milhões novecentos e oito mil trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos).

(d) Descrever como o montante foi calculado

O montante destinado à constituição da reserva para investimentos corresponde ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, deduzidos os valores destinados à reserva legal, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas e à reserva de lucros a realizar.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, uma vez que a Administração da Companhia não está propondo a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: a. informar o montante destinado a reserva; e b. explicar a natureza da destinação

Não aplicável, uma vez que a Administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO C – Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cogna Educação S.A. (“**Companhia**”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho Fiscal e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2024, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Desta forma e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 07 de março de 2025.

ANEXO D – Informações indicadas na Seção 8 do Formulário de Referência

(conforme art. 13, inciso II, da Resolução CVM 81)

8.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa prática de remuneração tem o objetivo de atrair, reter e valorizar profissionais da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas e obter um maior alinhamento dos interesses desses profissionais com as demandas e desafios dos nossos negócios.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração possui como principal objetivo atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento de educação ou de outros segmentos de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

A remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, Financeiro e M&A, Pessoas e ESG e Auditoria e Risco possui objetivos semelhantes àqueles estabelecidos para a remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Os principais objetivos da prática de remuneração dos diretores estatutários e não estatutários são (i) o engajamento, com o objetivo primordial de geração de valor para a Companhia; (ii) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; (iii) vinculação do desempenho dos diretores ao desempenho operacional, de qualidade e financeiro da Companhia aos seus planos de negócio e objetivos; (iv) alinhamento da remuneração dos diretores com os interesses dos acionistas da Companhia; e (v) otimização do investimento da Companhia em recursos humanos, visando atrair, engajar e reter profissionais capacitados para garantir a sustentabilidade de seus negócios.

A Companhia possui uma Política de Remuneração do Conselho de Administração, a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em Reunião realizada em 29 de outubro de 2018, e encontra-se disponível para consulta no site da CVM (Sistema IPE) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br/).

Além da Política de Remuneração e das práticas descritas acima, a Companhia possui o Plano de Remuneração Variável (bônus) ou PRV como mecanismo de incentivo de curto

prazo com vigência anual. O PRV segue diretrizes estabelecidas em política específica, com contratos individuais firmados com os elegíveis, por meio dos quais são esclarecidas as regras do plano e as metas anuais, cujos objetivos são: (a) a retenção e valorização profissional de executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas; e (b) maior alinhamento da Companhia, das sociedades sob o seu controle e de seus acionistas com os interesses desses executivos.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As políticas de remuneração relacionadas aos Administradores são estabelecidas pelo Comitê de Pessoas e ESG e pelo Conselho de Administração, sendo certo que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração destinar, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do próprio Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Ainda, o Comitê de Pessoas e ESG é, dentre outras atribuições, responsável por:

- a) aprovar a Política de Salários e Benefícios dos Diretores Estatutários e Executivos diretamente vinculados ao Diretor Presidente da Companhia;
- b) aprovar, quanto ao Plano de Remuneração baseado em Ações da Companhia, (i) a inclusão de novos beneficiários dentre aqueles definidos no Plano; (ii) as condições de cada Contrato de acordo com as condições e os limites do Plano; (iii) os aditamentos em Contratos atuais; e (iv) a concessão de novas outorgas a beneficiários do Plano; e
- c) assessorar o Conselho de Administração na fixação de metas e avaliação de seu respectivo cumprimento, pelos Executivos da Companhia, inclusive para fins de recebimento do bônus anual correspondente ao Plano de Remuneração Variável da Companhia.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia utiliza consultoria especializada em remuneração para estruturar o pacote de remuneração, de forma a garantir as melhores práticas de mercado, reforçando a cultura de meritocracia e de alto desempenho alinhada ao planejamento estratégico. O estudo considera entre os critérios de comparação: empresas de capital aberto, de grande porte, com abrangência geográfica, práticas de governança e boas práticas de

remuneração. O estudo engloba todos os itens de remuneração total, incluindo remuneração fixa, incentivos de curto prazo, incentivos de longo prazo e benefícios.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência de revisão da remuneração dos Administradores é anual, mediante aprovação da proposta pelo Comitê de Pessoas e ESG.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração mensal fixa, considerando os valores praticados pelo mercado, e, nos termos da Política de Remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração são elegíveis aos nossos planos de incentivo de longo prazo, que, atualmente englobam 2 (dois) Planos de *Performance Shares*, todos aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que (i) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021” foi aprovado em 28 de abril de 2021 e (ii) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023”, foi aprovado em 28 de abril de 2023, conforme informações divulgadas no site da CVM (Sistema IPE) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br/).

Adicionalmente, caso tais membros participem de um ou mais Comitês, farão jus a um valor adicional mensal pela participação em tais Comitês ou pelo exercício de alguma função de liderança nos Comitês (Coordenador). Os membros em referência também possuem plano de Assistência Médica padrão executivo e Seguro de Vida.

Diretoria Estatutária

Os Diretores Estatutários possuem (i) remuneração mensal fixa, estabelecida de acordo com os valores praticados pelo mercado, (ii) remuneração variável composta por bônus (incentivo de curto prazo), e (iii) Planos de Remuneração Baseada em Ações (incentivos de longo prazo). Estes benefícios têm como objetivo estimular a Diretoria Estatutária e alinhá-la aos nossos objetivos estratégicos, além de visar a atração e retenção de profissionais diferenciados e que agreguem valor aos nossos resultados. Os membros em referência também possuem plano de assistência médica padrão executivo, seguro de vida, vale refeição e estacionamento em seu pacote de benefícios.

Nosso Plano de Remuneração Variável ("PRV") é destinado aos Diretores Estatutários, Vice-Presidentes Estatutários, Vice-Presidentes não Estatutários, Diretores não Estatutários e demais elegíveis, utilizando como referência de metas o desempenho financeiro, de qualidade e operacional da Companhia. O pagamento do PRV é efetuado após a divulgação oficial das demonstrações financeiras auditadas com os resultados anuais.

A remuneração da Diretoria Estatutária compreende a remuneração fixa, variável de curto prazo (PRV – Bônus anual), variável de longo prazo (Planos de Remuneração Baseada em Ações), benefícios e encargos previstos em lei.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho Fiscal fazem jus, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função, à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os elegeu. Esta remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração que, em média, é atribuída a cada um dos Diretores Estatutários. Neste valor não são computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

A remuneração do Conselho Fiscal segue reajustes anuais, conforme aplicável à remuneração da Diretoria Estatutária.

Comitê de Auditoria e Risco, Comitê Financeiro e de M&A, Comitê de Estratégia e Inovação e Comitê de Pessoas e ESG

Desde dezembro de 2019, os Conselheiros passaram a ter remuneração fixa e adicional, caso compusessem um Comitê ou exercessem alguma função de liderança no Conselho ou nos Comitês (Coordenador). As remunerações seguem valores de mercado.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total dos três últimos exercícios sociais:

	Remuneração 2024			Remuneração 2023			Remuneração 2022		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	46%	54%	100%	40%	60%	100%	77%	23%	100%
Diretoria Estatutária	35%	65%	100%	28%	72%	100%	24%	76%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Auditoria e Risco	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%

Comitê Financeiro e de M&A	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê Estratégia e Inovação	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Pessoas e ESG	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos Administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo que a remuneração global máxima para tal público atende aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é acordada entre o profissional e o Comitê de Pessoas e ESG, considerando os critérios de governança estabelecidos na Política de Remuneração da Companhia. Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos profissionais, de acordo com as correções incidentes para a categoria profissional, além de possíveis reajustes, conforme melhores práticas de mercado, visando atrair e manter profissionais alinhados às competências de gestão da organização, altamente motivados e aliando os seus interesses aos interesses da Companhia.

Para os Diretores não Estatutários, a remuneração fixa é definida entre a Diretoria Estatutária e o Comitê de Pessoas e ESG, tendo, anualmente, a aplicação do percentual de reajuste da categoria, além de possíveis reajustes, conforme melhores práticas de mercado, visando reter colaboradores talentosos e altamente motivados e aliando os seus interesses aos interesses da Companhia. Estes também são contemplados pelo nosso plano de benefícios, que consiste em assistência médica, vale refeição, seguro de vida e estacionamento.

A remuneração fixa dos Conselheiros Fiscais é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual orienta que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal, adicional por participação em Comitês, não sendo elegíveis ao Programa de Incentivo de Curto Prazo (PRV – bônus anual). Os Diretores Estatutários recebem remuneração fixa mensal e são elegíveis ao Programa de Incentivo de Curto Prazo (PRV – bônus anual). Os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários são elegíveis aos nossos planos de incentivo de longo prazo, que, atualmente, englobam 2 (dois) Planos de *Performance Shares*, todos aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que (i) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021” foi aprovado em 28 de abril de 2021 e (ii) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023”, foi aprovado em 28 de abril de

2023, conforme informações divulgadas no site da CVM (Sistema IPE) e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br/).

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa é determinada com base nas melhores práticas de mercado, enquanto o PRV – Programa de Remuneração Variável está pautado em metas estratégicas para a Companhia, que incluem os pilares financeiros, comerciais, qualidade, satisfação de clientes e colaboradores, ASG e desempenho das áreas.

As metas financeiras estão atreladas ao Programa de Remuneração Variável, a citar: EBITDA Recorrente, geração de caixa, lucro líquido por ação (ou, *earnings per share* – EPS), receita líquida e arrecadação. Ao analisarmos as metas comerciais, nos baseamos em nossa receita de captação e matrícula de alunos. Em relação às metas operacionais e de qualidade, levamos em consideração nossos planos de trabalho (projetos), avaliação institucional, satisfação de nossos alunos (NPS) e colaboradores (eNPS), nosso desempenho no ENADE e Conceitos de Curso e Metas Públicas de ASG.

Por fim, utilizamos diversos indicadores para aferir o desempenho individual de nossos colaboradores ou o desempenho consolidado da Companhia. Os indicadores de desempenho estão diretamente relacionados com o resultado financeiro da Companhia, metas de crescimento em captação e matrículas e rentabilidade.

No cálculo da remuneração variável (PRV), há previsão de um sistema de incentivo para hipóteses de superação ou insucesso dos resultados estabelecidos para cada administrador, da seguinte forma: alcance de resultados inferior ao gatilho gera pagamento de 0% em relação ao referido indicador do PRV, para alcance de resultados entre o gatilho e target é aplicada uma deflação, e para superação de target o atingimento é acelerado com limitação de até 200%.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são, principalmente, o alinhamento às práticas de mercado visando à atração e permanência dos Executivos na Companhia, além do comprometimento e desempenho de curto prazo e os resultados de longo prazo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não aplicável.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia, porém, determinados Administradores possuem sua remuneração suportada por Controladas da Companhia, conforme descrito no item 8.19 abaixo.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,0	4	3	13,00
Nº de membros remunerados	6,0	4	3	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.088.000,00	7.568.045,23	584.886,72	13.240.931,95
Benefícios direto e indireto	189.064,85	512.134,75	0,00	701.199,60
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0,00	16.565.297,14	0,00	16.565.297,14
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em a�es incluindo op�es	7.501.874,93	16.323.988,58	0,00	23.825.863,51
Observa�o	O número de membros indicado acima corresponde � média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remunera�o	12.778.939,78	40.969.465,70	584.886,72	54.333.292,20

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,67	4	3	12,67
Nº de membros remunerados	5,67	4	3	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.516.400,00	7.501.369,50	574.733,16	12.592.502,66
Benefícios direto e indireto	128.575,46	381.130,43	0	509.705,89
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	8.374.583,40	0	8.374.583,40
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações incluindo opções	5.489.144,22	6.030.848,73	0	11.519.992,95
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	10.134.119,68	22.287.932,06	574.733,16	32.996.784,90

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	5,00	5,54	3,00	13,54
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.008.000,00	8.944.990,58	574.733,16	13.527.723,74
Benefícios direto e indireto	107.007,23	394.890,57	0	501.897,80
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	10.198.456,14	0	10.198.456,14
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações incluindo opções	6.106.466,92	14.055.418,56	0	20.161.885,48
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	10.221.474,15	33.593.755,85	574.733,16	44.389.963,16

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,34	5,52	3,52	14,38
Nº de membros remunerados	5,09	5,52	3,52	14,13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.940.000,00	8.147.528,18	511.061,72	12.598.402,10
Benefícios direto e indireto	111.695,82	368.482,09	0,00	480.365,71
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.614.109,27	0,00	9.614.109,27
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	1.435.205,00	18.036.569,00	0,00	19.471.774,00
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	5.486.900,82	36.166.688,54	511.061,72	42.164.651,08

8.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável (prevista) – exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,0	4	3	13,0
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.433.546,90	N/A	4.433.546,90
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	17.734.187,61	N/A	17.734.187,61
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	8.867.093,81	N/A	8.867.093,81

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.692.934,18	N/A	4.692.934,18
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	18.771.736,73	N/A	18.771.736,73

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	9.385.868,37	N/A	9.385.868,37
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	8.374.583,40	N/A	8.374.583,40

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	0,00	5,54	0,00	5,54
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.405.703,48	N/A	4.405.703,48
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	17.622.813,92	N/A	17.622.813,92
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	8.811.406,96	N/A	8.811.406,96
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	10.198.456,14	N/A	10.198.456,14

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,34	5,52	3,52	14,38
Nº de membros remunerados	0,00	5,52	0,00	5,52
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.922.821,85	N/A	1.922.821,85
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	19.228.218,54	N/A	19.228.218,54
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	14.421.163,91	N/A	14.421.163,91
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	9.614.109,27	N/A	9.614.109,27

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

O Plano de Outorga de Ações Restritas de 2018 "Plano de Ações Restritas" foi substituído pelo atual Plano de *Performance Shares* - PSU 2021, o qual descrevemos abaixo.

a. Termos e condições gerais

Temos, atualmente, 2 (dois) Planos de *Performance Shares*, todos aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que: (i) o "Plano de *Performance Shares* – PSU 2021" foi aprovado em 28 de abril de 2021; e (ii) o "Plano de *Performance Shares* – PSU 2023", foi aprovado em 28 de abril de 2023.

Plano Performance Shares – PSU 2021

O "Plano de *Performance Shares* – PSU 2021" foi aprovado pela Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2021 ("Plano de *Performance Shares*").

Compete ao Comitê de Pessoas & ESG outorgar opções nos termos deste Plano. A outorga de Opções será realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os outorgados, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo referido Comitê: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) os períodos de exercício e de restrição das opções; (d) as condições de pagamento do preço de exercício; (e) as metas anuais, conforme aplicáveis a cada outorgado; e (g) as opções exercíveis, conforme percentuais mínimos (piso) e máximos (teto) de atingimento das metas anuais.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada outorgado, podendo o Comitê de Pessoas e ESG estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os outorgados, ainda que tais outorgados se encontrem em situações similares ou idênticas na estrutura administrativa da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano, mediante a subscrição ou aquisição das ações pelos outorgados após o efetivo exercício dessas opções, compõem a remuneração variável dos outorgados e ficam sujeitas às previsões legais e regulamentares pertinentes, em especial o art. 152 da Lei das Sociedades por Ações. O contrato de opção deverá estipular mecanismo de redução do número de opções exercíveis ou de ações em montante equivalente aos tributos sujeitos à retenção na fonte sobre a referida remuneração.

Nenhum outorgado terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que suas opções sejam devidamente exercidas e as respectivas ações adquiridas ou subscritas, nos termos do Plano e respectivo contrato de opção. Nenhuma ação será

entregue ao outorgado em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

As opções outorgadas nos termos deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o outorgado, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em contrato de opção, as opções outorgadas extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- mediante o seu exercício integral;
- após o decurso do período de exercício;
- mediante o distrato do contrato de opção;
- se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- nas hipóteses previstas no item 9 do Plano; ou
- em caso de descumprimento, pelo outorgado, de quaisquer dos termos e condições do Plano ou do respectivo contrato de opção.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

O “Plano de *Performance Shares – PSU 2023*” tem por objetivo permitir que os outorgados recebam opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições, adquirir e subscrever ações de emissão da Companhia com vista a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia, alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo outorgado às metas financeiras anuais, conforme aplicáveis; (ii) alinhar os interesses dos outorgados aos acionistas da Companhia; (iii) possibilitar à Companhia reter, no longo prazo, os outorgados; e (iv) incentivar a criação de valor de longo prazo para a Companhia.

O “Plano de *Performance Shares – PSU 2023*” possibilita e incentiva que os outorgados se tornem acionistas, mediante a outorga opções de compra de ações de emissão pela Companhia, que garante ao Outorgado o direito de adquirir ou subscrever ações de emissão da Companhia. Diante da expectativa de se tornar acionista da Companhia, o outorgado assume o risco do negócio e a Companhia obtém maior alinhamento entre o interesse do outorgado e os próprios interesses da Companhia.

O “Plano de *Performance Shares- PSU 2023*” visa acompanhar as melhores práticas de mercado e oferecer benefícios justos aos outorgados, conforme padrões de mercado e que atendam aos interesses da Companhia. O “Plano de *Performance Shares- PSU 2023*” tem por objetivo fortalecer a remuneração de longo prazo, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exigindo uma forte demonstração de comprometimento dos outorgados na criação de valor para a Companhia.

Além disso, o “Plano de *Performance Shares – PSU 2023*” contribui com a estratégia de retenção dos administradores e empregados da Companhia e das suas Controladas.

Por meio do “Plano de *Performance Shares* - PSU 2023”, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando à obtenção de ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo. A melhoria dos resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos outorgados na posição de investidores, em conjunto com os demais acionistas da Companhia.

Considerando que um dos objetivos do “Plano de *Performance Shares* - PSU 2023” é fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade dos outorgados, por meio de uma remuneração atrativa de longo prazo, o comprometimento dos outorgados com a constante valorização da Companhia, também no curto e médio prazo, é inerente a tal objetivo.

As metas financeiras anuais significam as metas financeiras de EBITDA Recorrente e Geração de Caixa Operacional (GCO) da Companhia para cada um dos exercícios sociais de 2025, 2026 e 2027, conforme definidas anualmente pelo Conselho de Administração, e serão utilizadas para fins de definição dos parâmetros balizadores do quantitativo final das opções que poderão ser exercidas.

São elegíveis ao Plano os administradores e empregados da Companhia ou de suas Controladas, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas e ESG.

Em ambos os Planos mencionados acima, cada outorgado deverá aderir expressamente aos termos e condições do Plano, mediante assinatura de um contrato individual de opção, conforme aprovado pelo Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e ESG, para fazer jus aos seus direitos.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Como indicado acima, temos atualmente 2 (dois) Planos de *Performance Shares*, todos aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que (i) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021” foi aprovado em 28 de abril de 2021 e (ii) o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023” foi aprovado em 28 de abril de 2023, ambos os Planos são administrados pelo Comitê Pessoas e ESG da Companhia, que atuam por delegação do Conselho de Administração, o qual poderá, a qualquer tempo, avocar para si ou delegar tais funções a outro comitê.

c. Número máximo de ações abrangidas

Tanto no “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021” como no “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023”, cada opção concede ao respectivo outorgado o direito de adquirir ou subscrever uma ação da Companhia.

Plano de Performance Shares – PSU 2021

No “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2021, o número máximo de ações que poderão ser concedidas é de 37.532.124, quantidade correspondente a 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia apurado na data de aprovação do referido Plano, já considerando, hipoteticamente, o potencial máximo anual, durante 48 (quarenta e oito) meses, decorrente do atingimento máximo de 150% (cento e cinquenta por cento) (teto) das metas anuais, excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

As opções de compra decorrentes do “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023” poderão ser outorgadas em quantidade total correspondente a até 2% (dois por cento) de ações que integram o capital social total da Companhia apurado na data de aprovação do referido Plano. Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de opções.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Performance Shares – PSU 2021

O “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021” autoriza a concessão de, no máximo, 37.532.124 ações, o que corresponde a 2% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação, considerando, hipoteticamente, o potencial máximo anual, durante 48 meses, decorrente do atingimento máximo de 150% (cento e cinquenta por cento) (teto) das metas anuais.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

O “Plano de *Performance Shares* 2023” determina que cada opção de compra dará a seu respectivo outorgado o direito de adquirir/subscrever uma ação da Companhia, sendo certo que o número de ações da Companhia abrangidas por tal Plano corresponde ao percentual máximo de até 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação.

e. Condições de aquisição de ações

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Para o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021”, a cada período de 12 (doze) meses contados da data de celebração do respectivo contrato de outorga e desde que o outorgado permaneça continuamente vinculado à Companhia, até 25% (vinte e cinco

por cento) das opções outorgadas estarão disponíveis para o respectivo exercício (“Períodos de Carência” e “Opções Exercíveis”).

Plano de Performance Shares – PSU 2023

No âmbito do “Plano de Performance Shares - PSU 2023”, serão outorgadas opções de duas espécies: (i) Opções Bônus Extraordinário; e (ii) Opções Performance, cujos respectivos montantes resultarão no número de opções exercíveis pelo outorgado, de acordo com a metas financeiras anuais, sujeitas ao limite indicado no item acima.

A aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas aos outorgados estará sujeita às restrições e condições previstas no “Plano de Performance Shares – PSU 2023”, incluindo os períodos de carência aplicados à cada espécie de opção e as condições de ajuste no número de Opções Performances em razão do desempenho financeiro da Companhia.

As Opções Performance estarão sujeitas aos seguintes períodos de carência (“Período de Carência Performance”):

Período de Carência das Opções Performance	Prazo do Período de Carência Performance	Quantidade de Opções a Serem Adquiridas
1º Período de Carência das Opções Performance	36 (trinta e seis) meses contados a partir da Data de Outorga.	1/3 (um terço) das Opções outorgadas ao Participante no respectivo Contrato de Opção.
2º Período de Carência de Carência das Opções Performance	12 (doze) meses após o encerramento do 1º Período de Carência das Opções Performance.	1/3 (um terço) das Opções outorgadas ao Participante no respectivo Contrato de Opção.
3º Período de Carência de Carência das Opções Performance	24 (vinte e quatro) meses após o encerramento do 1º Período de Carência das Opções Performance.	1/3 (um terço) das Opções outorgadas ao Participante no respectivo Contrato de Opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e ESG poderá reduzir o prazo do 1º Período de Carência das Opções Performance, aplicando a devida proporcionalidade ao número de Opções Performance a serem adquiridas, respeitadas as demais condições e termos desse Plano. Nesta hipótese, a quantidade de opções a serem adquiridas ao final de cada período de carência das Opções Performance será consignada no respectivo contrato de outorga e poderá ser distinta das proporções mencionadas na tabela acima.

Por sua vez, as Opções Bônus Extraordinário serão outorgadas em uma única tranche e estarão sujeitas a um período de carência de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de outorga.

Como mencionado anteriormente, o número das Opções Performance outorgadas a cada outorgado estará sujeito a ajuste em razão da verificação das metas financeiras anuais. Para tanto, será considerada a proporção do indicador auferido em relação ao indicador meta.

Uma vez encerrado cada período de carência das Opções Performance e apurado o atingimento das metas financeiras anuais, o número de Opções Performance outorgadas correspondente a tal período de carência será ajustado observadas as métricas de desempenho, conforme a seguir:

Cenário	Desempenho dos Indicadores Efetivamente Auferidos pela Companhia	Ajuste no Número de Opções Performance Outorgadas, uma vez Encerrado um Período de Carência das Opções Performance e Apurada a Meta Financeira Anual
Desempenho Mínimo	Quando o Indicador Auferido for inferior ou igual a 80% (oitenta por cento) do Indicador Meta.	Redução de 50% (cinquenta por cento) do número de Opções Performance outorgadas ao Outorgado e cujo Período de Carência das Opções Performance decorreu.
Desempenho Inferior à Meta	Quando o Indicador Auferido for superior a 80% (oitenta por cento), mas inferior a 100% (cem por cento) do Indicador Meta.	Ajuste proporcional do número de Opções Performance outorgadas ao Outorgado e cujo Período de Carência das Opções Performance decorreu. Para cada ponto percentual abaixo de 100% (cem por cento) da meta, haverá uma redução de 2,50 (dois vírgula cinco) pontos percentuais no número das referidas Opções Performance. A redução do número de Opções Performance estará limitada ao mínimo de 50,00% (cinquenta por cento).
Meta	Quando o Indicador Auferido igual a 100% (cem por cento) do Indicador Meta.	Manutenção da totalidade das Opções Performance outorgadas ao Outorgado e cujo Período de Carência das Opções Performance decorreu.
Desempenho Superior à Meta	Quando o Indicador Auferido for superior a 100% (cem por cento), mas inferior a 108% (cento e oito por cento) do Indicador Meta.	Ajuste proporcional do número de Opções Performance outorgadas ao Outorgado e cujo Período de Carência das Opções Performance decorreu. Para tanto, para cada ponto percentual acima de 100% (cem por cento) da meta, haverá um aumento de 2,50 (dois vírgula cinco) pontos percentuais no número das referidas Opções Performance. O aumento do número de Opções Performance estará limitado ao máximo de 120,00% (cento e vinte por cento).
Desempenho Extraordinário	Quando o Indicador Auferido igual ou superior a 108% (cento e oito por cento) do Indicador Meta.	Aumento de 20% (vinte por cento) do número de Opções Performance outorgadas ao Outorgado e cujo

		Período de Carência das Opções Performance decorreu.
--	--	--

O outorgado que desejar exercer suas Opções Performance e/ou Opções Bônus Desempenho deverá observar o período de exercício de 90 (noventa) dias contados a partir do término do respectivo período de carência, bem como observar os procedimentos estabelecidos pela Companhia no referido Plano.

O direito ao recebimento ou ao exercício das Opções Performance e/ou Opções Bônus Desempenho nos termos desse Plano extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos casos previstos no próprio Plano e/ou no contrato de outorga.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Em relação ao “Plano de *Performance Shares – PSU 2021*”, o preço de exercício das opções outorgadas será de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação, a ser pago pelos outorgados à Companhia em até 10 (dez) dias úteis contados da data do exercício da respectiva opção.

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Em relação ao “Plano de *Performance Shares – PSU 2023*”, o preço de exercício será calculado pela multiplicação do número de opções exercidas pelo outorgado pelo preço da ação, definido no montante fixo de R\$ 0,01 (um centavo de real), em contrapartida à cada ação que o outorgado adquirir ou subscrever, observados os termos e condições do dito Plano e do respectivo contrato de outorga.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo fixado objetiva que os beneficiários dos Planos se comprometam com os objetivos de longo prazo da Companhia.

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Para o “Plano de *Performance Shares – PSU 2021*”, o período de exercício das opções se iniciará no dia seguinte ao término do respectivo período de carência e findará em 12 (doze) meses.

O outorgado que desejar exercer suas opções deverá comunicar, por escrito, à Companhia, durante o respectivo período de exercício, a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o

modelo de termo de exercício anexo ao respectivo contrato de opção ("Termo de Exercício de Opção").

O outorgado poderá exercer suas opções total ou parcialmente, desde que respeitado o período de exercício.

As opções não exercidas pelo outorgado no respectivo período de exercício serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem direito a qualquer indenização, e não poderão ser exercidas após o transcurso de novos períodos de carência.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

Para o "Plano de *Performance Shares – PSU 2023*", o período no qual o outorgado efetivamente poderá exercer suas opções, após o decurso dos períodos de carência e a validação anual do atingimento das metas financeiras anuais, no caso de Opções Performance, iniciar-se-á no dia seguinte ao término do respectivo período de carência e findará em 90 (noventa) dias.

h. Forma de liquidação

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Para o "Plano de *Performance Shares – PSU 2021*", a Companhia deverá informar, por escrito, ao outorgado, em até 15 (quinze) dias após o recebimento do Termo de Exercício da Opção:

- a quantidade de ações correspondentes a cada opção exercida, considerando a previsão do respectivo contrato de opção, o grau de atingimento, pela Companhia, das metas financeiras anuais e a redução do número de opções exercíveis ou ações para fazer frente a eventuais tributos sujeitos à retenção na fonte;
- o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do preço de exercício pela quantidade de opções informada pelo outorgado no seu Termo de Exercício da Opção;
- a data de entrega, ao outorgado, das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do Termo de Exercício da Opção; e
- o período em que o outorgado deverá efetuar o pagamento do preço de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

Com o propósito de atender ao exercício de opções outorgadas nos termos do "Plano de *Performance Shares - PSU 2023*", a Companhia poderá emitir novas ações dentro do

limite do capital autorizado e/ou alienar ações em tesouraria, observada a regulamentação da CVM e o limite máximo de diluição do capital social estabelecido no item (c) acima.

A liquidação das ações ocorrerá mediante o pagamento do preço de exercício pelos outorgados e entrega das respectivas ações, conforme contrato de outorga assinado entre cada outorgado e a Companhia.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de acordo com o Plano, conforme previsto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

i. Restrições à transferência das ações

Os outorgados estão sujeitos às regras restritivas aplicáveis à negociação de ações constantes da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. Além disso, conforme previsto em nosso Plano de Opção, o Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e ESG poderá, a qualquer tempo, estabelecer eventuais restrições adicionais à transferência das ações resultantes do exercício das opções.

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Para o “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021”, as opções se tornarão exercíveis desde que os respectivos outorgados permaneçam continuamente vinculados como administradores ou empregado da Companhia ou suas Controladas pelo período compreendido entre a data de outorga e a data de encerramento do respectivo período de exercício.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

As Opções outorgadas nos termos dos Planos ora mencionados são pessoais e intransferíveis, não podendo o outorgado, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Performance Shares – PSU 2021

No caso do “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021”, a outorga de opções não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia, o Comitê de Pessoas e ESG e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao outorgado,

determinar, sem prejuízo de outras medidas: (a) a substituição das ações objeto das opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das opções, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê de Pessoas e ESG realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e em seu respectivo preço de exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

Nenhuma disposição do Plano ou do contrato de opção conferirá a qualquer outorgado o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia ou das suas Controladas, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindirem o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Qualquer alteração significativa na legislação aplicável às sociedades por ações, na legislação trabalhista e/ou tributária incidente sobre um plano de opções de compra poderá levar à extinção integral do Plano, a critério do Comitê de Pessoas e ESG, restando protegidos todos os direitos dos outorgados relativamente às opções já outorgadas.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e ESG poderá propor eventuais alterações ao Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

O “Plano de Performance Shares – PSU 2023” será, nos termos de sua Cláusula 13, extinto, integral ou parcialmente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito e sem qualquer direito à indenização, nos seguintes casos:

- (i) mediante o ajuste do número das Opções Performance decorrente das metas financeiras anuais;
- (ii) mediante o exercício das Opções;
- (iii) após o decurso do período de exercício sem o exercício das opções pelo outorgado;
- (iv) mediante o distrato do contrato de opção;
- (v) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- (vi) na hipótese de pedido de Desligamento Motivado; ou

(vii) em caso de descumprimento, pelo outorgado, de quaisquer dos termos e condições do Plano ou do respectivo contrato de opção.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes no Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos outorgados.

Qualquer alteração significativa na legislação aplicável às sociedades por ações, na legislação trabalhista e/ou tributária incidente sobre um plano de opções de compra poderá levar à revisão integral do Plano de *Performance Shares* 2023, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas e ESG, restando protegidos todos os direitos dos outorgados relativamente às opções já outorgadas.

A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia, o Comitê, e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Outorgado, determinar, sem prejuízo de outras medidas: (i) a substituição das Ações objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e (ii) a antecipação dos Períodos de Carência e dos Períodos de Exercício, de forma a assegurar a inclusão das Ações objeto das Opções sujeitas a tais períodos na operação em questão.

Na hipótese de a Companhia passar a ter controlador definido e/ou ser controlada por grupo de acionistas em decorrência de acordo de acionistas e, cumulativamente, houver o desligamento imotivado do outorgado pela Companhia, todas as opções serão vencidas no ato do desligamento, antecipando-se o encerramento dos respectivos períodos de carência e os períodos de exercício.

Na hipótese de fechamento de capital da Companhia, todas as opções detidas pelo outorgado serão vencidas no momento que a Companhia deliberar por tal evento, antecipando-se o encerramento dos respectivos períodos de carência e os períodos de exercício.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída do administrador variam conforme os Planos e a causa da saída.

Para fins dos nossos Planos, considera-se como "Justa Causa" a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no nosso Estatuto Social, nos Planos e nos contratos individuais de opção.

Salvo decisão específica contrária do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas e ESG, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do outorgado, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente, serão observadas as seguintes disposições:

(a) caso já tenham sido cumpridos integralmente os períodos de carência para exercício das opções, o outorgado ou seus sucessores, no caso de falecimento, poderão exercer as opções no prazo de 30 dias; e

(b) caso não tenham sido cumpridos os respectivos períodos de carência, o outorgado ou seus sucessores, no caso de falecimento, perderão o direito de exercer as opções, sem direito à indenização.

O prazo previsto ao caso de dispensa sem Justa Causa não será aplicável aos outorgados membros do Conselho de Administração, que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o outorgado poderá exercer a(s) opção(ões) de que seja(m) titular(es) no prazo de até dois anos após o término de seu mandato.

Plano de Performance Shares – PSU 2021

Em relação ao “Plano de *Performance Shares* – PSU 2021”, nas hipóteses de desligamento do outorgado: (i) os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano e as opções que tenham sido outorgadas, mas cujo período de carência não tenha transcorrido, serão extintos e rescindidos de pleno direito; e (ii) o período de restrição deverá ser observado.

Não obstante o disposto no item acima, o Comitê de Pessoas e ESG poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas, conferindo tratamento diferenciado a determinado outorgado.

Plano de Performance Shares – PSU 2023

Em relação ao “Plano de *Performance Shares* – PSU 2023”, em caso de pedido de demissão ou justa causa, ocorrerá a perda do direito de recebimento de todas as ações ainda não transferidas.

Em caso de desligamento sem justa causa, a quantidade de ações será proporcional ao tempo trabalhado, considerando os 12 meses anteriores ao período de carência e a data de desligamento (em número de meses). Para os desligamentos ocorridos antes dos 12 meses anteriores ao período de carência, não há o direito à proporcionalidade.

A quantidade de ações será transferida ao outorgado conforme o cronograma regular do Plano, isto é, após a apuração das metas que constituem o fator de performance.

Em caso de aposentadoria, o Comitê de Pessoas e ESG deliberará sobre as opções outorgadas e ainda não exercidas por cada outorgado.

Em caso de morte ou invalidez permanente, os períodos de carência serão antecipados e o outorgado ou seus herdeiros, conforme aplicável, poderão exercer em até 60 dias as opções nos termos e condições indicados no Plano e no respectivo contrato de opção.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	N/A
Outorga de opções de compras de ações	8.272.327	17.336.170	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,44%	0,92%	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	N/A
Outorga de opções de compras de ações	8.272.327	17.336.170	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,44%	0,92%	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,54	0,00
Outorga de opções de compras de ações	8.079.300	18.491.188	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções			
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	R\$ 0,01	N/A
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,43%	0,99%	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,34	5,52
Nº de membros remunerados	3,09	5,52
Outorga de opções de compras de ações	1.556.688	28.065.893
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		
Em aberto no início do exercício social	4,56	4,00

Perdas e expiradas durante o exercício social	16,63	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,083%	1,496%

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social corrente (ainda em aberto):

PSU-2021_05 PSUM-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	-	7,00
Data de outorga	03/05/2021	03/05/2021	N/A	
Quantidade de opções outorgadas	5.411.715	6.369.290	-	11.781.005
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2022 Lote 2 - 03/05/2023 Lote 3 - 03/05/2024 Lote 4 - 03/05/2025	Lote 1 - 03/05/2022 Lote 2 - 03/05/2023 Lote 3 - 03/05/2024 Lote 4 - 03/05/2025	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 03/05/2023 Lote 2 - 03/05/2024 Lote 3 - 03/05/2025 Lote 4 - 03/05/2026	Lote 1 - 03/05/2023 Lote 2 - 03/05/2024 Lote 3 - 03/05/2025 Lote 4 - 03/05/2026	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	1 ANO	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 3,87	R\$ 3,87	-	R\$ 7,74
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	20.943.338	24.649.151	-	45.592.489

PSUM-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	-	1,00	-	1,00
Data de outorga	-	01/01/2023	N/A	
Quantidade de opções outorgadas	-	1.983.152	-	1.983.152
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Lote1 - 03/05/2024 Lote 2- 03/05/2025	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	Lote 1 - 03/05/2025 Lote 2 - 03/05/2026	N/A	-

Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	1 ANO	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$-	R\$ 2,12	-	R\$ 2,12
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	4.204.282	-	4.204.282

PSUM-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,00	-	-	2,00
Data de outorga	03/05/2023	-	N/A	
Quantidade de opções outorgadas	280.768	-	-	280.768
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote1 - 03/05/2024 Lote 2- 03/05/2025	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 03/05/2025 Lote 2 - 03/05/2026	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	-	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 1,97	-	-	R\$ 1,97
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	553.113	-	-	553.113

PSU-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Data de outorga	29/04/2024	-	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	35.527	-	-	35.527

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2025	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 03/05/2026	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	-	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2,25	-	-	R\$ 2,25
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	79.937	-	-	79.937

COGN_PSU 2023_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	-	8,00
Data de outorga	03/05/2023	03/05/2023	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	630.000	8.842.728	-	9.472.728
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	1,91	1,91	N/A	3,82
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.203.300	16.889.610	N/A	18.092.910,00

COGN_RSU 2023_01	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00

Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Data de outorga	07/12/2023	-	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	1.756.817	-	-	1.756.817
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 06/12/2026	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 06/03/2027	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	3,23	-	N/A	3,23
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	5.674.519	-	N/A	5.674.519

COGN_PSU 2023_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	-	1,00		1,00
Data de outorga	-	01/01/2024	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	-	141.000	-	141.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	3,49	N/A	3,49
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	492.090	N/A	492.090,00

COGN_PSU 2023_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
------------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	1,00	-		1,00
Data de outorga	29/04/2024	-	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	157.500	-	-	157.500
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	2,25	-	N/A	2,25
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	354.375	-	N/A	354.375,00

Opções de compra outorgadas do exercício social encerrado em 31/12/2024:

PSU-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	3,00	5,54		8,54
Data de outorga	03/05/2021	03/05/2021	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	5.411.715	6.369.290	-	11.781.005
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2022 Lote 2 - 03/05/2023 Lote 3 - 03/05/2024 Lote 4 - 03/05/2025	Lote 1 - 03/05/2022 Lote 2 - 03/05/2023 Lote 3 - 03/05/2024 Lote 4 - 03/05/2025	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 03/05/2023 Lote 2 - 03/05/2024 Lote 3 - 03/05/2025 Lote 4 - 03/05/2026	Lote 1 - 03/05/2023 Lote 2 - 03/05/2024 Lote 3 - 03/05/2025 Lote 4 - 03/05/2026	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	1 ANO	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 3,87	R\$ 3,87	-	R\$ 7,74
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	20.943.338	24.649.151	-	45.592.489

COGN_SU 2023_12	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Data de outorga	07/12/2023	-	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	1.756.817	-	-	1.756.817
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 07/12/2023	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 06/12/2026	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	3,23	-	N/A	R\$ 3,23
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	5.674.519	-	N/A	5.674.519

COGN_PSU 2023_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	-	1,00	-	1,00
Data de outorga	-	01/01/2024	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	-	141.000	-	141.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	N/A	-

Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	3,49	N/A	R\$ 3,49
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	492.090	N/A	492.090

Opções de compra outorgadas do exercício social encerrado em 31/12/2023:

PSU-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	3,00	5,54	-	8,54
Data de outorga	03/05/2021	03/05/2021	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	5.411.715	7.261.808	-	12.673.523
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 -03/05/2022 Lote 2 -03/05/2023 Lote 3 -03/05/2024 Lote 4 -03/05/2025	Lote 1 -03/05/2022 Lote 2 -03/05/2023 Lote 3 -03/05/2024 Lote 4 -03/05/2025	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 -03/05/2023 Lote 2 -03/05/2024 Lote 3 -03/05/2025 Lote 4 -03/05/2026	Lote 1 -03/05/2023 Lote 2 -03/05/2024 Lote 3 -03/05/2025 Lote 4 -03/05/2026	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	1 ANO	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$3,87	R\$3,87	-	R\$ 7,74
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	20.943.338	28.103.197	-	49.046.535

PSU-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	2,00	1,00	-	3

Data de outorga	03/05/2023	01/01/2023	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	280.768	1.983.152	-	2.263.920
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2024 Lote 2 - 03/05/2025	Lote 1 - 03/05/2024 Lote 2 - 03/05/2025	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 03/05/2025 Lote 2 - 03/05/2026	Lote 1 - 03/05/2025 Lote 2 - 03/05/2026	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ANO	1 ANO	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	R\$2,45	R\$2,12	-	R\$ 4,57
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	687.882	4.204.282	-	4.892.164

COGN_PSU 2023_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	-	9,00
Data de outorga	03/05/2023	03/05/2023	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	630.000	9.105.228	-	9.735.228
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	Lote 1 - 03/05/2026 Lote 2 - 03/05/2027 Lote 3 - 03/05/2028	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	Lote 1 - 01/08/2026 Lote 2 - 01/08/2027 Lote 3 - 01/08/2028	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	1,97	1,97	N/A	R\$ 3,94

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.241.100	17.912.399	N/A	19.153.499
COGN_SU 2023_12	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Data de outorga	07/12/2023	-	N/A	-
Quantidade de opções outorgadas	1.756.817	-	-	1.756.817
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Lote 1 - 07/12/2023	-	N/A	-
Prazo máximo para exercício das opções	Lote 1 - 06/12/2026	-	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A	N/A	-
Valor justo das opções na data da outorga	3,23	-	N/A	R\$ 3,23
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	5.674.519	-	N/A	5.674.519

Opções de compra outorgadas do exercício social encerrado em 31/12/2022:

Não aplicável, tendo em vista que não houve outorgas de opções de ações para o ano de 2022.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

PSU-2021_05 (Outorga em 03/05/2021)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	3,00	4,00	-	7,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	1.297.500	1.500.000	-	2.797.500
ii. Data em que se tornarão exercíveis	03/05/2025	03/05/2025	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	03/05/2026	03/05/2026	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	1 Ano	1 Ano	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	-	0,02
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,87	R\$ 3,87	-	7,74

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	1.297.500	1.324.014	-	2.621.514
ii. prazo máximo para exercício das opções	30/04/2025	30/04/2025	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	1 Ano	1 Ano	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	-	0,02
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,87	R\$ 3,87	-	7,74
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	5.021.325,00	5.123.933,01	-	10.145.258,01

PSUM-2021_05 (Outorga em 03/05/2021)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	-	2,00	-	2,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-

ii. Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	351.973	-	351.973
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	30/04/2025	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	Sem lock-up	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 0,01	-	0,01
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 3,87	-	3,87
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	1.362.133,97	-	1.362.133,97

PSUM-2021_05 (Outorga em 01/01/2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	-	1,00	-	1,00

Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	-	991.576	-	991.576
ii. Data em que se tornarão exercíveis	-	03/05/2025	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	03/05/2026	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	Sem lock-up	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 0,01	-	0,01
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 2,12	-	2,12

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	991.576	-	991.576
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	30/04/2025	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	Sem lock-up	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 0,01	-	0,01
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 2,12	-	2,12
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	2.102.141,12	-	2.102.141,12

PSU-2021_05 (Outorga em 03/05/2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	2,00	-	-	2,00

Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	105.000	-	-	105.000,00
ii. Data em que se tornarão exercíveis	03/05/2025	-	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	03/05/2026	-	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	1 Ano	-	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	-	-	0,01
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,97	-	-	1,97

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	175.768	-	-	175.768
ii. prazo máximo para exercício das opções	03/05/2025	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	1 Ano	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	-	-	0,01

v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,97	-	-	1,97
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	346.262,96	-	-	346.262,96

PSU-2021_05 (Outorga em 29/04/2024)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	35.527	-	-	35.527
ii. Data em que se tornarão exercíveis	03/05/2025	-	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	03/05/2026	-	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	1 Ano	-	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	-	-	0,01
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 2,25	-	-	2,25

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ -	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

COGN_PSU 2023_05 (Outorga em 03/05/2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	-	8,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	630.000	8.842.728	-	9.472.728
ii. Data em que se tornarão exercíveis	03/05/2026 03/05/2027 03/05/2028	03/05/2026 03/05/2027 03/05/2028	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	01/08/2026 01/08/2027 01/08/2028	01/08/2026 01/08/2027 01/08/2028	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Sem lock-up	Sem lock-up	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	-	0,02
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,91	R\$ 1,91	-	3,82

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

COGN_PSU 2023_05 (Outorga em 01/01/2024)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	-	1,00	-	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	-	141.000	-	141.000,00
ii. Data em que se tornarão exercíveis	-	03/05/2026 03/05/2027 03/05/2028	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	01/08/2026 01/08/2027 01/08/2028	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	Sem lock-up	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 0,01	-	0,01
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 3,49	-	3,49

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

COGN_PSU 2023_05 (Outorga em 01/01/2024)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67

Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	157.500	-	-	157.500,00
ii. Data em que se tornarão exercíveis	03/05/2026 03/05/2027 03/05/2028	-	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	01/08/2026 01/08/2027 01/08/2028	-	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Sem lock-up	-	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,10	-	-	0,10
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 2,25	-	-	2,25

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

COGN_RSU 2023_01 (Outorga em 07/12/2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	1,00	-	-	1,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
i. quantidade	1.756.817	-	-	1.756.817,00

ii. Data em que se tornarão exercíveis	06/12/2026	-	-	-
iii. prazo máximo para exercício das opções	06/03/2027	-	-	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Sem lock-up	-	-	-
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,10	-	-	0,10
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,23	-	-	3,23

Em relação às opções exercíveis				
i. quantidade	-	-	-	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	-	-	-	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	-
iv. preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	-

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	-	9,00
Número de ações	1.855.517	2.956.340	-	4.811.857
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	-	0,02
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 2,07	R\$ 2,07	-	4,15
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 3.828.012,78	R\$ 6.099.057,53	R\$ -	9.927.070,31

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	4,00	5,54	0,00	9,54
Número de ações	1.779.002	1.072.849	-	2.851.851
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	-	R\$ 0,02
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 2,41	R\$ 2,37	-	R\$ 4,78
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 4.269.605	R\$ 2.529.756	R\$ -	R\$ 6.799.361

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,34	5,52
Nº de membros remunerados	3,00	5,47
Número de ações	276.282	4.772.683
Preço médio ponderado de exercício	0,01	0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2,68	2,68
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 737.673	R\$ 12.743.064

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 (Previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	4,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,54	3,00	13,54
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
de todas as ações aos beneficiários				

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,34	5,52
Nº de membros remunerados	0,00	4,29
Número de ações	0,00	201.239
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00%	0,011%

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2024

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada outorga de opções de ações restritas no ano de 2024.

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2023

Não aplicável, tendo em vista que não foi realizada outorga de opções de ações restritas no ano de 2023.

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,34	5,52
Nº de membros remunerados	3,09	5,52
Número de ações	0	83.212
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 2,58
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 213.854,84

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, estimamos o valor justo das ações e opções nas respectivas datas das outorgas e reconhecemos como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Para o nosso Plano de Ações Restritas, também dentro das recomendações do CPC 10, como o valor do ativo concedido (ação) é observável no mercado (B3), utilizamos seu valor de mercado (cotação da ação D-1 data de concessão) como estimativa do valor justo. Portanto, para o Plano de Ações Restritas não foram utilizados modelos de precificação e, por isto, não são citados nos itens seguintes.

Para os nossos Planos de *Performance Shares* de 2021 e 2023, também dentro das recomendações do CPC 10, como o preço de exercício da opção pago pelo outorgado é de R\$ 0,01 em contrapartida às ações que adquirir, ativo esse observável no mercado (B3), também utilizamos seu valor de mercado (cotação da ação na data de outorga) como estimativa do valor justo. Portanto, não foram utilizados modelos de precificação e, por isto, não são citados nos itens seguintes.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Variável	PSU-2021_05	PSUM-2021_05	COGN_PSU 2023_05	COGN_SU 2023_12
Modelo de Precificação	Valor da Ação D-1 da outorga			
Preço Médio Ponderado das Ações	R\$ 3,59	R\$ 3,60	R\$ 2,07	R\$ 3,23
Preço de Exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Volatilidade Esperada	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Prazo de vida da opção	4 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	3 ANOS
Dividendos Esperados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de juros livre de riscos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável, tendo em vista que não há ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, considerando que não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	4	5,54	5,52	5,67	5	5,34	3	3	3,52
Nº de membros remunerados	4	5,54	5,52	5,67	5	5,09	3	3	3,52
Valor da maior remuneração (Reais)	11.644.522,07	18.353.111,02	16.498.435,52	6.508.114,75	7.031.398,06	1.392.691,38	191.577,72	191.577,72	191.624,67
Valor da menor remuneração (Reais)	2.788.360,59	2.021.577,43	1.419.572,52	670.654,78	497.516,81	348.186,75	191.577,72	191.577,72	63.906,19
Valor médio da remuneração (Reais)	5.571.983,02	6.063.854,85	5.096.834,00	1.787.322,69	2.044.294,83	769.285,60	191.577,72	191.577,72	127.765,43

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera a remuneração de membro que exerceu o cargo por período inferior a 12 meses. Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.
31/12/2023	O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera a remuneração de membro que exerceu o cargo por período inferior a 12 meses. Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.
31/12/2022	O membro que recebeu a maior remuneração não exerceu o cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera a remuneração de membro que exerceu o cargo por período inferior a 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2024	<p>O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor mínimo apurado desconsidera os membros não remunerados.</p> <p>O membro que recebeu a menor remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.</p>
31/12/2023	<p>O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor mínimo apurado desconsidera os membros não remunerados.</p> <p>O membro que recebeu a menor remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.</p>
31/12/2022	<p>O membro que recebeu a maior remuneração não exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor mínimo apurado desconsidera os membros não remunerados.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2024	<p>O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>O membro que recebeu a menor remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.</p>
31/12/2023	<p>O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>O membro que recebeu a menor remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio corresponde ao total de remuneração dividido pela quantidade de membros alocados em cada Órgão da Administração.</p>
31/12/2022	<p>O membro que recebeu a maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor mínimo apurado desconsidera a remuneração de membros que exerceram o cargo por período inferior a 12 meses.</p>

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Assinamos com alguns de nossos administradores e empregados-chave contratos que preveem obrigações de não concorrência a serem observadas por tais administradores ou colaboradores em caso de sua saída da Companhia. Em contrapartida por tais deveres de não concorrência, a Companhia assumiu, contratualmente, o dever de pagar a remuneração prevista nos respectivos contratos.

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O, que engloba os administradores e os principais executivos da Companhia. O citado seguro foi celebrado em 18 de outubro de 2024 e tem prêmio total de R\$ 1.046.162,54 (um milhão, quarenta e seis mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), com período de vigência até 23 de abril de 2026.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária que não fossem referentes à função que ocupavam nos respectivos Órgãos da Administração nos três últimos exercícios sociais.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 e para o exercício social corrente, tendo em vista que não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, a título de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 8.2 deste Formulário de Referência

Os encargos sociais incidentes sobre os incentivos de curto e longo prazo dados pela Companhia, quando somados à remuneração global, resultam nos valores indicados na tabela a seguir:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Outros (Remuneração Fixa)	1.017.600,00	1.502.566,74	76.631,09	2.596.797,83
Outros (Remuneração Variável)	1.638.469,70	8.138.649,31	0,00	9.777.119,02
Descrição de outras remunerações	O item "Outros" é a contribuição ao INSS e demais encargos incidentes sobre remuneração fixa, Participação de Resultados e incentivos de longo prazo baseado em ações, incluindo opções.			
Total da remuneração (item 8.2)	12.778.939,78	40.969.465,70	584.886,72	54.333.292,20
Total da remuneração	15.435.009,48	50.610.681,75	661.517,81	66.707.209,04

Informações adicionais ao item 8.3 deste Formulário de Referência

Os valores decorrentes da participação nos resultados pagos aos integrantes da Diretoria Estatutária consideram como premissa os critérios de desempenho mínimo esperado (50%), máximo (200%) e de *target* (100%) e o atingimento de metas do incentivo de curto prazo, ressalvado que o atingimento das metas aquém do mínimo configura hipótese de não pagamento de qualquer valor a esse título.

Informações adicionais aos itens 8.5 a 8.7 deste Formulário de Referência

Nos itens 8.5, 8.6 e 8.7, para fins de cálculo da diluição dos planos de incentivo de longo prazo baseados em opções de compras de ação, foi considerado o número de ações disponível no capital social integralizado da Companhia em 31/12/2024 (1.876.606.210).

Exposição do Cálculo do Número de Membros

Os números de membros de cada órgão da Administração para o exercício social de 2025 e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, indicados no Item 8.2 acima, correspondem à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente para cada exercício social, com duas casas decimais. A memória

de cálculo da quantidade de membros dos três últimos exercícios é apresentada na tabela abaixo:

Exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6,00	4,00	3,00
Fevereiro	6,00	4,00	3,00
Março	6,00	4,00	3,00
Abril	6,00	4,00	3,00
Maio	6,00	4,00	3,00
Junho	6,00	4,00	3,00
Julho	7,00	4,00	3,00
Agosto	7,00	4,00	3,00
Setembro	7,00	4,00	3,00
Outubro	7,00	4,00	3,00
Novembro	7,00	4,00	3,00
Dezembro	7,00	4,00	3,00
Média	6,50	4,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	4,00	3,00
Fevereiro	5,00	4,00	3,00
Março	5,00	4,00	3,00
Abril	5,00	4,00	3,00
Maio	6,00	4,00	3,00
Junho	6,00	4,00	3,00
Julho	6,00	4,00	3,00
Agosto	6,00	4,00	3,00
Setembro	6,00	4,00	3,00
Outubro	6,00	4,00	3,00
Novembro	6,00	4,00	3,00
Dezembro	6,00	4,00	3,00
Média	5,67	4,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	6,00	3,00
Fevereiro	5,00	6,00	3,00
Março	5,00	6,00	3,00

Abril	5,00	6,00	3,00
Maio	5,00	6,00	3,00
Junho	5,00	6,00	3,00
Julho	5,00	5,47	3,00
Agosto	5,00	5,00	3,00
Setembro	5,00	5,00	3,00
Outubro	5,00	5,00	3,00
Novembro	5,00	5,00	3,00
Dezembro	5,00	5,00	3,00
Média	5,00	5,54	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6,00	4,00	5,00
Fevereiro	6,00	4,00	5,00
Março	6,00	4,19	5,00
Abril	5,94	6,00	3,19
Maio	5,00	6,00	3,00
Junho	5,00	6,00	3,00
Julho	5,00	6,00	3,00
Agosto	5,00	6,00	3,00
Setembro	5,00	6,00	3,00
Outubro	5,00	6,00	3,00
Novembro	5,00	6,00	3,00
Dezembro	5,00	6,00	3,00
Média	5,34	5,52	3,52

ANEXO E - Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

(conforme art. 11 da Resolução CVM 81)

7.3 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**Conselho Fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou nº do Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data prevista para eleição	Data prevista para posse	Prazo do mandato	Indicado pelo controlador	Membro Independente	Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do 1º mandato
Anderson de Souza Marques	20/11/1973	Contador	012.936.637-43	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	29/04/2022
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	08/01/1991	Administrador	398.427.698-28	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	29/07/2020
Wagner Brilhante de Albuquerque	16/07/1964	Contador e Administrador	813.745.427-68	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	29/04/2022
William Cordeiro	06/07/1991	Engenheiro	092.197.196-65	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	29/07/2020
Ricardo Scalzo	23/05/1951	Licenciado em Física	370.933.557-49	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	28/04/2011

Marcelo Curti	09/01/1962	Economista	036.305.588-60	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2025	28/04/2025	Até a AGO 2026	Não	Não	28/04/2017
---------------	------------	------------	----------------	----------------------------	------------	------------	----------------	-----	-----	------------

(i) Anderson de Souza Marques

O Sr. Anderson de Souza Marques é membro efetivo do Conselho Fiscal. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Salgado de Oliveira (2005), MBA Executivo pela COPPEAD – UFRJ (2006), certificação como conselheiro pelo IBGC. Possui 28 anos de experiência profissional, dos quais 11 anos na PwC Brasil e 14 anos em posições executivas sêniores nas Empresas Afton Chemical, Carioca Christiani-Nilsen Engenharia e Banco Modal S.A. Atualmente é o CFO da Brasilamarras.

O Sr. Anderson de Souza Marques não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

O Sr. Anderson de Souza Marques não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Anderson de Souza Marques não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

(ii) Eduardo Christovam Galdi Mestieri

O Sr. Eduardo Christovam Galdi Mestieri, membro efetivo do Conselho Fiscal, é sócio fundador da Alaska Asset Management e analista de renda variável. Formado em Administração de Empresas pelo Insper, iniciou sua carreira em 2012 e passou por Empresas como Skipper Investimentos e VentureStar Capital Management. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Magazine Luiza (2017- atual).

O Sr. Eduardo Christovam Galdi Mestieri não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Eduardo Christovam Galdi Mestieri não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

O Sr. Eduardo Christovam Galdi Mestieri não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

(iii) Wagner Brilhante de Albuquerque

O Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque é membro suplente do Conselho Fiscal. Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela UGF – Universidade Gama Filho, MBA de Gestão Empresarial na Fundação Dom Cabral (2001 a 2003), certificação como conselheiro pelo IBGC. Atuou como Diretor Presidente – CEO (2019-2021), Diretor Financeiro- CFO e Diretor de Relações com Investidores (2016-2019) na Bombril S.A. Possui 31 anos de experiência profissional, dos quais 12 anos na PwC Brasil, e 19 anos em posições de diretoria executiva e gerência sênior nas áreas financeira e administrativa. Atuou como CFO no Grupo Lojas Leader e Seller (varejo moda; Cameba e UD); CFO no Grupo Itacar (Rede distribuidor automotivo) em 2015; CFO no Grupo Dadalto (varejo mercantil e financeiro), entre 2010-2013, como Diretor de Operações Financeiras e Controladoria (2008-2010) no Grupo Pão de Açúcar (Eletro) e como Gerente Sênior de Controladoria (2004-2008) no Grupo Brasil Telecom.

O Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

O Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

(iv) William Cordeiro

O Sr. William Cordeiro é membro suplente do Conselho Fiscal, formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. É sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management desde 2015. Em 2014, foi analista de renda variável na VentureStar. Atualmente, ocupa cargo de Conselheiro Fiscal na Marcopolo S.A. e na Randon S.A., desde 2017. Também é Conselheiro Fiscal na Valid Soluções S.A., desde 2019. Já ocupou cargos suplentes no Conselho Fiscal da Rumo S.A., Log-In Logística Intermodal S.A. e Celesc S.A. Ocupou cargo suplente no Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A.

O Sr. William Cordeiro não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor.

O Sr. William Cordeiro não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. William Cordeiro não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

(v) Ricardo Scalzo

O Sr. Ricardo Scalzo, membro efetivo do Conselho Fiscal, é licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1974. Ao longo de sua carreira, realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Atualmente, é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, em 2009. Atua como membro titular do Conselho Fiscal das seguintes Empresas: Americanas S.A. (desde 2022); Omega Geração S.A. (desde 2020); e Maringá Ferro e Ligas S.A. (desde 2013). Foi, ainda, Conselheiro Fiscal das seguintes Empresas: Companhia e Cervejaria Brahma-AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007) Beneficência Médica Brasileira – Hospital São Luiz (2008 a 2012), ALL América Latina Logística S.A. (2004 a 2014), Aliansce Shopping Centers S.A. (2014 a 2015), Mlog S.A. (2015) , BHG Hotéis S.A. (2011 a 2015); Magnesita Refratários S.A.; Suzano Holding S.A. (2015 a 2018); Aceco S.A. (2015 a 2018), South American Lighting Participações S.A. (2016 a 2018); Camil Alimentos S.A. (2018 a 2019), Tecnisa S.A. (2007 a 2019), Magnesita S.A. (até 2019); São Carlos Participações S.A. (até 2019); BR Properties S.A. (até 2020); Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (suplente); Lojas Americanas S.A. (desde a sua constituição até sua incorporação em nov/2021); e B2W Digital S.A. (suplente).

O Sr. Ricardo Scalzo não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Ricardo Scalzo não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

(vi) Marcelo Curti

O Sr. Marcelo Curti, membro suplente do Conselho Fiscal, é formado em Economia e Pós- Graduação em Administração de Empresas, ambos pela Fundação Armando Alvares Penteado, Gestão de Projetos e Gestão do Conhecimento pela Fundação Getúlio Vargas. Foi membro do Conselho de Administração nas Empresas BCP SP S.A. e BSE NE S.A., ambas entre 1998 e 2003. Atualmente é membro do Conselho de Administração na Anauger S.A., desde abril de 2018. Atua como membro titular do Conselho Fiscal das seguintes Empresas: Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (atual CTG), desde 2009, Hypera S.A., desde 2013, Cosan S.A. – Indústria e Comércio, desde 2013, Rumo S.A., desde 2017, Suzano Holding, desde 2015, e Whirpool S.A., desde 2018. É Presidente do Conselho Fiscal e membro suplente da Comgás desde 2018.

O Sr. Marcelo Curti não está ou esteve sujeito, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

O Sr. Marcelo Curti não é considerado uma pessoa politicamente exposta, tendo em vista que não é agente público que desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo (considerando familiares os parentes, na linha direta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), de acordo com a Deliberação nº 02, de 01 de dezembro de 2006, do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec da CVM.

7.4 - Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, uma vez que os candidatos a membros do Conselho Fiscal não integram comitês da Companhia.

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Não aplicável, tendo em vista que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (i) os candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia; e (ii) os atuais Administradores da Companhia;
- (i) os candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia; e (ii) os Administradores de Controladas, diretas ou indiretas, da Companhia;

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não aplicável, tendo em vista que não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos ao Conselho Fiscal e as Controladas e os Administradores da Companhia.